



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 206

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2018

ANO VII



### SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA .....	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS .....	3166
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES .....	3167
ADVOCACIA GERAL .....	3167

### TAQUIGRAFIA

#### ATA DA 11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DE RONDÔNIA (Projeto de Lei 1069/18)

Em 26 de novembro de 2018

Presidência do Sr.  
ADELINO FOLLADOR - Deputado

(Às 09 horas e 29 minutos é aberta a Sessão)

**A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e Senhores bom dia! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Adelino Follador, realiza Audiência Pública, objetivando discutir sobre o Projeto 1069/18 que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar, direcionado a transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente e zona rural.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Adelino Follador, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssima Sra. Secretária Maria Angélica, Secretária de Estado da Educação – SEDUC, representando o Governador de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Ailton Gomes, Presidente da AROM – Associação Rondoniense de Municípios e Prefeito do Município de Cerejeiras; Excelentíssima Senhora Lebrinha, Prefeita do Município de São Francisco do Guaporé e Presidente

do Consórcio Público Intermunicipal de Rondônia; senhor Carlos Santiago, representando a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho; Dr. Francisco Aguiar, Procurador atuando na PGE Interna da Secretaria de Educação; Senhor Roger André, Técnico da AROM – Associação Rondoniense de Municípios; Senhora Leiva Custódio Pereira, Secretária de Educação de Ji-Paraná e Presidente da UNDIME- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Pronto Senhor Presidente.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública objetivando discutir Projeto 1069/18, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar, direcionado a transferência de recursos para custeio do transporte do Educando residente na zona rural. Queremos dar as boas-vindas a todos os Prefeitos, todos os Secretários de Educação, todos os Vereadores, Presidentes de Câmaras aqui presentes, os demais representantes, pessoal que faz parte aqui também da Mesa. Cumprimentar todos, para nós é um prazer estar aqui hoje, discutindo um assunto relevante. Como eu fui Prefeito doze anos, e a gente conhece e sabe que é um dos problemas que mais aflige os prefeitos, inclusive o Governo do Estado, é uma das coisas que mais dá dor de cabeça. E esperamos que nesta Audiência Pública, a gente consiga fazer com que a gente chegue num denominador comum, citaremos aqui todas as pessoas que foram convidadas e todas as autoridades. Gostaríamos de ter presente também os representantes do futuro Governador, mas, foi insistido, foi convidado, gostaríamos que estivessem presentes, mas, não estão, foi convidado, vão ser citados todos que foram convidados. Mas, vocês que vieram, com certeza, vocês estão engrandecendo esta Audiência Pública, e a gente agradece de coração cada pessoa que está aqui hoje, para mim é uma satisfação, obrigado.

**A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)** – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e Música de José de Mello e Silva.

#### MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO  
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS  
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO  
2º Secretário: ALEX REDANO  
3º Secretário: DR. NEIDSON  
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer  
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz  
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia  
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

**(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

**A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)**- Senhor Presidente, gostaria de registrar a agradecer a presença do Prefeito Ribamar de Oliveira, do Município de Colorado d'Oeste; Prefeito Anildo Madeireiro, Município de Vale do Anari; Professor Claudionor, do Município de Nova Mamoré; agradecendo e registrando a presença do Prefeito Leomar Patrício, do município de Machadinho d'Oeste; do Prefeito Evandro, de município de Monte Negro; da Prefeito Helma Amorim, do município de Alto Paraíso; do Prefeito Eduardo Bertoletti, do município de Primavera de Rondônia. E convidamos agora o vice-Prefeito Cirone da Tozzo, deputado estadual eleito, do município de Cacoal para compor a mesa, por favor. Continuando aqui agradecendo e registrando a presença do Prefeito Cornélio Duarte, do município de São Miguel do Guaporé; Prefeito Claudiomiro Alves dos Santos, do município de Theobroma; Prefeito Cleiton Cheregatto, do município de Novo Horizonte; agradecemos também a presença do Prefeito Carlos Borges, do município de Alta Floresta; Exm<sup>o</sup> Sr. José Aparecido, Vice-Prefeito do município de Novo Horizonte; Prefeito Edir Alquieri, do município de Cacaulândia; Prefeita Francinete Bezerra, do município de Governador Jorge Teixeira; agradecemos e registramos a presença de Adriana Pacheco, representando a Secretaria de Educação do município de Ariquemes; senhor Gilmar Leite, da Secretaria de Educação do Município de Candeias do Jamari; da Secretária Cleonice Moura, da Secretaria Municipal de Educação de Alvorada d'Oeste; senhor José Jacques da Silva, Secretário de Educação do Município de Alta Floresta; senhora Leiva Custódio, da Secretaria de Educação do Município de Ji-Paraná; senhor Secretário Adelson Valter Correia, da Secretaria Municipal de Educação de Theobroma; senhora Geldiane de Sabino, Secretária de Educação do Município de Novo Horizonte; senhor Secretário Clésio Costa, Secretária Municipal de Educação de Vilhena; senhora Marlene Kruger, Secretária de Educação do Município de Primavera de Rondônia; senhora Secretária Luslanelene Umbelina de Souza, da Secretaria Municipal de Santa Luzia do Oeste; Exm<sup>os</sup> Vereadores: Presidente Edson Gomes, Vereador Joel Venute, da Câmara Municipal de Monte Negro; senhor Secretário João Batista, da Secretaria Municipal de Educação de Nova Mamoré; senhora Hortência Venturini, da Secretaria de Planejamento do Município de Primavera de Rondônia; senhora Roseli Vieira, Secretária de Educação de Cacoal; senhora Secretária Lovaine Fucks, da Secretaria de Educação do Município de Machadinho; senhora Marilete Delarmelina, da Secretaria de Educação do Município de Alto Alegre dos Parecis; da senhora Zenilda Mendes da Silva, da Secretaria de Educação do Município de Cerejeiras; do senhor Wilson Macêdo, da Secretaria de Educação do Município de Espigão do Oeste; da Secretária Marluce Gabriela, da Secretaria Municipal de Educação de São Francisco; senhor Wanderlei Pereira, Chefe de Transportes do Município de Machadinho do Oeste; Excelentíssimos Senhores Gerson Lima, Osmar Ribeiro, da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia; os Excelentíssimos Senhores Vereadores: Vice-Presidente Antônio Pereira; Vereadora Neusa; Vereador Gene Falcão, da Câmara Municipal de Cacaulândia; os Excelentíssimos Senhores Claudécir Alves, Roni, Marcos Aurélio, da Câmara Municipal de

Campo Novo de Rondônia; da senhora Vilma Ferreira, da Secretaria de Educação do Município de Campo Novo de Rondônia; senhor Valter Passos; Secretário de Educação do Município de Alto Paraíso; senhor Everson Luciano Técnico da SUPEL, responsável pelo caderno técnico; Prefeito Oscimar Aparecido Ferreira, do município de Campo Novo de Rondônia; da senhora Secretária Maria Resende, da Secretaria Municipal de Educação de Nova Brasilândia; do Excelentíssimo Senhor Prefeito Hélio da Silva, do município de Nova Brasilândia do Oeste; do Excelentíssimo Senhor Secretário Janiel Pinheiro, da Secretaria Municipal de Educação de Governador Jorge Teixeira; também registramos e agradecemos a presença do Prefeito Silvério de Almeida, do Município de Cabixi; e da senhora Secretária Patrícia Lisboa, da Secretaria Municipal de Educação de Rio Crespo.

Com a palavra para presidir, antes, porém, vamos convidar para compor a Mesa o Prefeito de Campo Novo Oscimar, Presidente do Consórcio CISAN.

Com a palavra para presidir esta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Adelino Follador.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** - Estava discutindo aqui com o Presidente da AROM, junto com a Secretária de Educação, Professora Angélica, sugerimos e gostaríamos da aprovação de vocês para que a gente faça primeiro essa explanação técnica para depois a gente fazer uso da palavra. Porque talvez fosse muito importante que a gente tenha uma visão melhor, já que foi um trabalho feito pela AROM junto com a Secretaria de Educação, junto com o Ministério Público, para que a gente comece a discutir este assunto. Se todos concordarem gostaria então e faça esta explanação técnica, então primeiro e depois então dá andamento e a gente abre a palavra então para o pessoal que faz parte da Mesa e também depois vamos usar, também abrir para as pessoas que estão no Plenário também consigam se manifestar se assim quiserem.

**O SR. ROGER ANDRÉ** - Bom dia a todos. Bom dia em primeiro lugar ao senhor Deputado Follador. Excelentíssimo Deputado nos deixa extremamente felizes com a sua atitude, com a forma com que vem tratando o Projeto de Lei 1069; e, eu não poderia começar antes de fazer este reconhecimento ao senhor.

Eu dizia ao seu colega ...

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** - Um momentinho aí. Eu gostaria que o Deputado eleito Eyder Brasil fizesse parte da Mesa aqui, que você tem que acostumar estar aqui agora. Você não quer vir para cá, não? Para nós seria um prazer tê-lo aqui.

O Cirone está aí. Então nós temos aí dois Deputados que com certeza ano que vem vão estar neste Parlamento, vão fazer parte é bom que participe da discussão aqui, vai ser muito importante para nós.

**O SR. ROGER ANDRÉ** - De forma bem sucinta meus cumprimentos ao senhor; a Secretária Angélica; a Prefeita Gislaine; ao nosso Presidente Prefeito Airton; ao Dr. Aguiar; o Secretário representando o Secretário de Porto Velho Carlos Santiago, leve o nosso abraço ao professor César Licório, um

amigo; a Secretária de Ji-Paraná, a Leiva, na qual nós temos um apreço enorme; Prefeito Oscimar.

E nós estamos aqui hoje exatamente para debater o Projeto 'Ir e Vir'. Então, Prefeito, o meu bom dia; sei da dificuldade que muito vocês passaram para poder estarem na 2ª feira, é extremamente complexo, o Prefeito chegar aqui, não é Prefeito Cornélio? Na segunda, às vezes tem que sair no domingo de casa e a gente fica muito feliz.

Deixo aqui o meu agradecimento a cada um dos senhores. Gostaria de nominar a todos, mas, já foram. Assim como os Secretários de Educação em nome da Secretária Vilma, lá Campo Novo, eu queria cumprimentar a cada Secretário que de madrugada saiu da sua residência que está aqui hoje e levar esse debate. Esse debate, senhores, do Projeto Ir e Vir, assim nominado, ele iniciou em 2016, nós tivemos uma composição em 2016 com outra a presidência, a qual em meados de março, os prefeitos se insurgiam que não recebiam o convênio, que não conseguiam receber as parcelas e muitos deles alegavam que o valor que estavam recebendo não era condizente; muitos que era menor ou que não estava certo o cálculo, ou até mesmo que não conseguiam entender, Prefeito Cheregatto, como o cálculo era feito. E essa missão foi nos incumbida de pensar, de analisar como era feito em outros Estados, como poderia ser desenhado para o Estado de Rondônia. E assim, nós iniciamos esse Projeto desenhado como Ir e Vir. Eu quero debater com vocês as questões de como está essa matéria hoje, a Mensagem 197, enviada pelo Executivo. Demonstrar para vocês que o convênio não é o instrumento correto para esse tipo de repasse, não é adequado para esse tipo de repasse. Demonstrar as vantagens e demonstrar as propositivas que nós fizemos em reposta, obviamente, as propositivas dos Prefeitos de emenda a esse projeto de lei.

Hoje nós temos 08 municípios que ainda não receberam a primeira parcela de 2018. Graças a Deus temos municípios que já receberam todas as parcelas de 2017, mas ainda temos municípios fechando o exercício que não receberam nenhuma parcela de 2018. Prefeito Pedro deve estar chegando, Cujubim é um desses casos. E eu preciso fazer justiça, a Secretária Angélica desde que assumiu recepcionou talvez a pior missão que eu acho que ela já teve na vida dela, que por diversas vezes, ela, de forma muito republicana, de forma muito técnica, disse: "Roger, nós vamos resolver, nós vamos enviar esse projeto"; nós passamos por 04 Secretários de Estado. A primeira que nós apresentamos esse projeto foi para a Secretária Fátima Gavioli. Veio Valdo, o Márcio, e, a Secretária Angélica teve honradez, seriedade técnica e colocou o Projeto para frente. Eu não poderia deixar de fazer essa menção. O nosso Governador Daniel Pereira também recepcionou com muito bons olhos todo o projeto, sendo Vice-Governador já via que havia necessidade de se pensar uma nova forma de fazer esse repasse, Professor Ribamar, e ele enquanto Governador tem tido comportamentos e ações de suma importância a cada um dos municípios. Eu não poderia deixar de comentar que, todo esse caos hoje que a Secretária Angélica recepciona não foi causado por ela; ao contrário, muitos destes, ela, de forma a apagar incêndio tem resolvido, tem saneado e a gente tem que ter essa gratidão, Secretária Angélica pelo seu comportamento, pela forma firme que a senhora conduziu, até que esse projeto fosse enviado para esta Casa; a gente tem essa convicção.

Bom, a metodologia como se encontra, gente, o convênio, ele é uma burocracia interminável, leva os municípios à atrasos contínuos com os fornecedores, inclusive, deixar muitas vezes, a atividade da aula parada, porque entram em greve, paralisação das empresas. Certidões que acabam por vencer dentro do processo, e processos instruídos de maneira equivocada a nosso ver, obviamente; gera todos os problemas corriqueiramente que a gente vê nas mídias, principalmente online. Nós temos um convênio que para ser celebrado tem levado, muitas vezes, 120 dias, nós temos a falta de uma legislação coerente quanto a esse procedimento de transferir em relação ao convênio, uma insuficiência de transparência, muitos prefeitos dizem: 'olha, o meu colega recebeu a mais, a menos'. Por mais que possa ser rumores, mas, se houvesse a mesma transparência que acontece com o FITHA e é o que nós buscamos; isso seria saneado. Nós temos gastos demasiados na parte meio e não ao fim, uma burocracia. O Estado tem se dedicado mais em operar do que na competência dele como gestor de um contrato em fiscalizar se está tendo qualidade, se aquele aluno está indo a escola de forma coerente. Nós temos, então, o período desde o primeiro ano do Governador Confúcio, foi alterado o período para a celebração desse convênio e passou-se a ser de maio a maio, ou seja, pensou-se naquele momento que iria facilitar para os municípios, por quê? Porque ele ainda ia ter saldo do convênio anterior, mas, acabou tornando um caos ainda maior, por quê? Porque não é serviço continuado. O município tem que pagar a despesa que ele contraiu; a despesa após a celebração do convênio, a incompatibilidade com os valores e o caos de pagamentos de despesas contraias anteriores a celebração desse convênio.

O entendimento que nos foi colocado, exatamente, tinha essa questão de publicar uma planilha adequada do que seria repassado a cada município. Uma memória de cálculo coerente e a realização dessa transferência em 04 parcelas, foi o que nós, a primeira proposta que nós apresentamos com a Fátima Gavioli, tinha esse contexto. Então, iria achar uma planilha, nós entregamos um modelo a SUPEL e aguardamos quase um ano para que essa planilha pudesse ser homologada, ficasse pronta pela SUPEL e saiu o caderno em maio de 2017. O atual cálculo, ele usa essa forma, ele utiliza o valor licitado do município, então ele pega o KM rodado, o valor que é pago na licitação que o Prefeito homologou e ele divide pela quantidade de alunos dentro desse ônibus. Ele acha o per capita. Posterior ao per capita, ele multiplica o valor do Estado e paga apenas o proporcional daquele convênio à parte dos alunos do Estado, só que ele não faz, Prefeito Eduardo, de rota por rota. E cada rota, ela tem um quantitativo, muitas vezes a maior, muitas vezes a menor; e quando ele faz uma média utilizando todas elas, todos os cálculos que eu fiz, os municípios saem prejudicados, o valor é a menor.

Então, esse já é o primeiro problema que nós detectamos e esses cálculos eles são, tem mais de 5 anos que se fazem dessa mesma forma e esse Convênio de Transporte Escolar desde 2006 ele ocorre. Essa é uma simulação em como ocorre. Essa é uma simulação também, ambas, as duas simulações demonstram que o valor calculado na forma do Estado não bate com o valor que foi celebrado o Convênio.

Esse é um gráfico que eu fiz de rota do valor do Transporte Escolar em Rondônia, vocês podem observar que nós temos desde R\$ 12,00 à R\$ 6,00. E muitas vezes nós apresentamos isso no Tribunal de Contas e o Dr. Edilson tem mudado muito a visão dele, do Tribunal de Contas que antes entendia que o menor preço é o mais vantajoso, e não é; não é Prefeito Ribamar? O menor preço muitas vezes é o serviço inoperante, é o serviço que é mal feito ou muitas vezes feito às coxas, se assim eu posso dizer.

Então, vocês observam que o próprio Estado ele permite uma discrepância de valores. Nós temos discrepância enorme em municípios que têm uma proximidade aí de menos de 100 quilômetros. Então, a gente conseguiu já detectar que precisava realmente, dessa planilha da SUPEL, que não só o Convênio, mas, como os municípios ao instruir os seus processos licitatórios, deveriam ter um custo adequado para que possa ser licitado esse serviço de Transporte Escolar.

Nós temos uma conta realizada em que se todos os municípios; não vamos dizer nem que sejam os municípios, sejam as empresas prestadoras dessas atividades formassem um cartel e todas elas falassem: "olha, vamos entrar com R\$ 11,00 porque quem vai pagar metade desse Convênio vai ser o Estado, então, o Município vai vir com mais recurso". Dava um prejuízo ao Estado na ordem de R\$ 35.000.000,00. Veja como a falta de um valor definido, Prefeito Cornélio, ele pode até induzir um prejuízo ao Estado sem que nós possamos analisar isso de forma mais coerente, porque o valor do Transporte Escolar ele está muito flutuante no nosso Estado, não se tinha ainda uma definição clara dos custos que envolvia essa prestação. E aí nós temos essa burocracia interminável e essa burocracia eu tenho também que fazer justiça ao Dr. Aguiar que aqui está, que desde 2016, ele olhou, analisou todo o Projeto, ele viu e falou: "Roger, eu concordo, eu concordo". Me mandou um e-mail falando: "não Roger, agora é a vontade política porque tecnicamente é um sonho até para nós como técnicos da SEDUC". Nós sabemos muitas vezes que nós usamos a Lei de Licitação, que nós usamos subsidiariamente as Leis que regem o Convênio 424/2016 a Portaria Interministerial e, às vezes, a gente tem que fazer interpretações duvidosas, que é um instrumento continuado, enfim, a gente percebe que o Estado e principalmente os Técnicos da SEDUC têm feito o seu melhor, têm realmente se dedicado, mas, se não houver uma regulamentação, algo que torne essa transferência obrigatória, a gente vai enxugar gelo corriqueiramente. E essa burocracia se a gente analisar o tempo e o custo que isso leva para a máquina pública, imagina, Prefeito Carlos Borges, que são 14 órgãos, os órgãos realmente têm mais, mas, os órgãos que colocam carimbo e que fazem alguma instrução no processo são 14. Se cada um deles ficar 2 dias, esse processo não tem como ser conveniado, Eduardo, antes de 30 dias. E a gente sabe que fica mais, a gente sabe que tem o sábado e domingo, que tem o feriado. Então veja, por si só o fluxo desse processo, ele não tem como o município celebrar antes de 30 a 60 dias; Prefeito Ribamar. Esse é o fluxo. Um processo que inicia completamente aos olhos técnicos nossos, não. Nada contra quem pense ao contrário, mas, de forma equivocada. Porque até o ano passado o valor era definido, Prefeito Ribamar, pelo Chefe do Executivo, o Prefeito dizia quanto gastava ao Governador e o Governador se entendesse que sim, dizia: "Não, é esse Convênio". E depois se fechava a planilha.

E não estou falando aqui nenhuma conversa não. É dessa forma que se produziam esses intermináveis passos desse Convênio. Mais de 34 documentos, diversas certidões que levam essa interminável amarra que cada Prefeito, e cada Secretário que está aqui hoje sabem o quanto já perderam horas e horas, dias, nesse convênio. São mais de dezenove declarações, fora o plano de trabalho, fora todas as peças, mais de seis certidões, documentos dos ônibus, documentos dos motoristas, atestados dos órgãos de controle, para que vocês possam o quê? Para que vocês possam fazer uma atividade compartilhada com o Estado, porque o que vocês são, se não um prestador de serviço para o Estado, uma parceria muito, muito vantajosa para o Estado, e é vantajosa também para o município; é vantajosa, na verdade a sociedade que tem economia, imagina na mesma rota passar um ônibus do Estado, e passar um ônibus do município, seria o nosso dinheiro indo embora. E vocês com a boa fé, com a vontade de poder fazer essa atividade, incorrem constantemente em crimes, vocês por fazerem interpretação que essa atividade, ela é essencial, vocês acabam ferindo as peças orçamentárias, acabam ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 4.320, acabam ferindo a Lei que trata dos convênios, a Portaria Interministerial 426. Porque esse serviço, ele não é considerado, a LRF, é muito clara o que é atividade essencial ou não, e ele não é nos meus olhos, nos olhos da nossa equipe técnica, Dra. Ivonete, que aqui está, que é parceira desse projeto, ele não é em momento algum serviço continuado. Ele é um instrumento, um convênio como qualquer um de vocês assinam com Calha Norte, vá vocês não prestarem conta, vá vocês aditivarem mais que 25%, isso não existe, porque você tem que seguir a legislação que estabelece e que normatiza o instrumento que está sendo utilizado, vocês infringem a LRF, no momento em que vocês enviam as peças contábeis para o Parlamento, todos vocês enviam as peças contábeis já com um valor, um possível valor que vocês vão assinar de transporte escolar. Então, veja bem, sem ter sequer um ofício de autorizo do Governador, uma assinatura de um contrato ou um convênio, Prefeito Carlos Borges, vocês enviam as peças para o Legislativo aprovar o orçamento, e se esse dinheiro não vier? Isso é crime, vocês não contentem com isso e com a vontade de ajudar o Estado, a sociedade, vocês licitam, vocês adjudicam, vocês contratam, porque vocês só podem celebrar o convênio depois que vocês fizerem tudo isso, porque o Estado vai pedir, Prefeito Ribamar, a relação dos ônibus, da frota, o comprovante de cada CNH, de cada documento. Então, não tem como o prefeito não fraudar a LRF, não dá uma pedalada, se assim eu posso dizer, se ele não fizer o que o Estado pede, não licitar sem ter celebrado o convênio. E o prefeito, ele inicia a prestação de serviço por quê? Porque ele não faz uma licitação para o Estado e outra para o município, não é Prefeito Ribamar? É uma licitação só, até pelo princípio da economicidade. E aí, ele faz acreditando no quê? Que o Estado vai celebrar na maior celeridade possível, e, a burocracia não deixa. Não é o corpo técnico da Angélica, aí eu vou sair em defesa do Estado, é uma burocracia interminável, e tem que ter essa burocracia porque o instrumento convênio, ele exige isso, todos vocês celebram convênio com órgãos ministeriais e sabem que a burocracia, se não é a mesma, é muito próxima, é análoga. Então, vocês ainda fazem o quê? Contraem as despesas antes

de celebrar o instrumento convênio, e isso é crime. E aí depois que nós começamos a fazer essas ponderações, na época ainda do Márcio, começou a ter reconhecimento de dívida, começou a travar isso, e a Secretária Angélica tem tentado controlar isso para que não ocorra. Mas, até ano passado, todos os Prefeitos, na sua grande maioria, faziam pagamentos de despesas contraiadas, Prefeito Ribamar, antes de celebrar o convênio, isso é um fato. E algum dia, alguém vai olhar isso, e eu tenho certeza que alguém vai tomar um puxão de orelha, porque é assim que acontece, não é Prefeito Eduardo? Depois que deixa de ser prefeito; os pepinos aparecem. Nós temos então esse caos que são convênios que levam quatro meses a serem celebrados, convênios como eu disse agora, oito municípios ainda não receberam a primeira parcela de 2018, vocês acham que esse município está gastando qual recurso? É o recurso próprio, é o recurso dele, e depois, Prefeito, ele vai ter que ficar fazendo manobra contábil ou jeitinho para tentar comprovar que gastou, e o próximo Governo vai pegar de novo toda essa emblemática, toda essa celeuma. Então, veja, não basta a gente criticar, tem que se apresentar realmente propostas, tem que apresentar uma solução. E a solução foi apresentada à SEDUC, pela primeira vez então na condução da Secretária Angélica, foi levado isso de forma como prioritária, de forma séria. E o Márcio, da SUPEL, conseguiu terminar em junho, a planilha, o caderno técnico do transporte escolar. Esse caderno técnico está disponível no site da SUPEL, está disponível no nosso site e ele fez de forma muito coerente uma divisão do nosso Estado em regiões e ele colheu o valor dessas regiões, justamente porque a gasolina lá em Costa Marques está quase R\$ 5,00, aqui em Porto Velho R\$ 4,30. Então tem as particularidades de cada região, e essa planilha, Prefeitos, ele dividiu, inclusive, sobre pavimentadas ou não pavimentadas, ou seja, se amanhã ou depois tiver transporte escolar em vias pavimentadas, eles vão conseguir ter um valor e dando esse resultado aqui que nós utilizamos hoje para calcular quanto que é o KM rodado, de acordo que quanto maior o trecho, menor o valor, inversamente proporcional. Estou terminando, gente. Então foi apresentado desde a Fátima Gavioli, esse projeto foi apresentado para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, em diversas reuniões com a UNDIME, com os Secretários, todos os Secretários de Educação receberam esse projeto e encaminharam um ofício para a AROM, a qual está a cópia com o Exmº Sr. Deputado Follador da anuência de cada Secretário de Educação a esse projeto. Pontos importantes dele: celeridade, desburocratização, descentralização. Alguns pontos que todos os prefeitos têm nos perguntado: qual é a segurança que o Estado vai repassar o valor adequado? Bom, no artigo 1º já diz: O Estado repassará o per capita calculado. No artigo 3º nos incisos I, II, III e IV, ele diz como será esse cálculo, não menos que utilizar os valores da SUPEL, os alunos do Estado e todos esses custos fixos e variáveis que correspondem à prestação. No Parágrafo 9º, o artigo 9º ele diz que será corrigido. Alguns Prefeitos me falaram: "Roger, e se a SUPEL não atualizar esse caderno?". Tem um parágrafo que traz essa menção que poderá ser corrigido. Outro ponto, da desburocratização. Como nós sabemos que o processo ele terá uma forma mais célere de conduzir, porque o prefeito, no artigo 2º já diz: o prefeito vai apenas assinar uma adesão ao programa, como é feito com o repasse que vocês recebem do

FUNDEB, como é feito com diversos repasses fundo a fundo que vocês recebem do FNS – Fundo Nacional de Saúde; poderá ser rescindido a qualquer tempo e o Estado até 31 de janeiro, ele tem a obrigatoriedade de publicar, Prefeito Cornélio, qual as rotas, quais são os alunos dele e qual é o valor que está estabelecido para cada município, que é a transparência que a Secretária Angélica trouxe para o projeto. Tem algumas ponderações que nós entregamos ao parlamento, algumas delas com o Deputado Follador, que são propositivas dos Prefeitos para que o projeto possa ter um pouquinho mais de segurança até para vocês. A primeira diz respeito a distância do embarque. O Prefeito Oscimar colocou: "Roger, qual é a distância que esse aluno terá que percorrer entre a casa dele até o ponto de embarque?". Tem ônibus que está indo lá na fundiária e anda 1,5 KM e às vezes tem que voltar 600 metros de ré, então isso está com o Deputado Adelino Follador, a jurisprudência tem pacificado os entendimentos que é 1 KM, o aluno pode andar até 1 KM de distância e se tiver na Lei Estadual, o próprio Ministério Público vai saber: "não, ele está cumprindo o que está na legislação". Então é importante que a Lei Estadual traga isso que vai dá segurança para todos os municípios. A mesma coisa diz respeito a distância da casa do aluno até a escola, quando que o prefeito sabe que ele tem que disponibilizar o transporte escolar, ou não? O Estado do Paraná ficou o entendimento pacificado também que são 2 KM de distância, então o aluno que mora, exemplo, 1,8 KM teoricamente no Estado do Paraná diz que não tem direito a transporte escolar, acima de 2 KM, igual ou acima de 2 KM, ele tem direito a esse transporte escolar. Então a gente também entregou essa propositiva. O nome do projeto, porque a gente espera que tenha o mesmo nome que foi apresentado, conduzido e é conhecido por todos os Secretários, a criação de um Conselho Gestor sem custo nenhum, propositivo mesmo que ao final do ano possa acompanhar, que possa analisar os cálculos, que possa muitas vezes realizar propositivas porque os Prefeitos, Secretários não podem acompanhar só esse tema, tem vários outros temas e a gente entende que a participação é importante colocar alguém da AROM, da UNDIME e do FUNDEB, um percentual sobre o valor aos municípios. O Prefeito Claudionor me ponderou: "Roger, a gente licita, a gente administra, a gente responde ao Ministério Público, a gente tem que ter parecer jurídico, ou seja, todos os gastos são do município". A Caixa Econômica Federal para fazer gestão de convênio, ela cobra de 5% a 11%, então a gente entendeu que poderia ter um percentual em cima do valor de 1,5% a 2%, que é um custo operacional e isso foi propositivo também pelo Dr. Rodolfo, ele é do Controle Externo do Tribunal de Contas, e ele analisou o nosso projeto, aprovou e disse: "Roger, eu acho que ainda falta um custo operacional, o município faz publicações, o município tem toda máquina dele à disposição do Estado, então tem que se colocar". A atualização dos valores, embora o Parágrafo 9º do artigo 3º diga que 'poderá', esse "poderá" é complicado, dá um entendimento assim, vai saber quando que vai acontecer, então na minuta que nós enviamos ele tinha a utilização de um índice oficial e desde que se tenha perda. Se foi corrigido, teve perda de um ano para o outro, corrige-se as perdas inflacionárias através de um índice oficial. E a clareza, teve um Prefeito também que mencionou: "Roger, por mais que esteja lá per capita, só para ficar bem claro, como será

este cálculo da per capita, não, pela Secretária Angélica"; ele disse assim, Angélica, mas para quem possa assumir o seu lugar que ele possa não ter dúvida da clareza do per capita. Gente, o que é per capita? É o Estado pagar proporcionalmente ao aluno dele, e o município paga proporcionalmente do município, só que por trecho e não global. Global isso dá diferença e todas as diferenças que nós apontamos foi a menor. Por fim terminando, Deputado. Esse já é um estudo de como vai funcionar. Isso é um município, eu não coloquei o nome para não surtir conversa, mas, vai ser muito fácil já está pronto dos 43 municípios. O Estado, a gente colocou aqui fevereiro, abril, junho e setembro. Faria para este município quatro distintas parcelas calculadas sobre o número de alunos do Estado e o per capita que foi encontrado destas rotas. Todos os municípios, a Secretária Angélica nos forneceu, foi muito receptiva, nos recebeu muito bem o nosso pedido em passar as rotas, então nós conseguimos equalizar. Se vocês verificarem aqui valor por KM. O valor por KM já está o valor da SUPEL, este estudo que nós apresentamos já está, então se é acima de 100 é 8.24, acima de 150 vai ser 6, já é automático, já está calculado de todos os municípios. Então independente do valor lícito, ou não, já se tem um valor, Prefeito Ribamar, que vai ser para cada município.

Quería agradecer e colocar à disposição para tirar alguma dúvida e agradecer de novo ao senhor Deputado Follador. É nesta Casa que os embates são feitos. Esta Casa já registrou este ano muitas melhorias aos municípios, esta Casa conseguiu aprovar auxílio aos municípios e tem sido municipalista e a gente fica muito feliz, o senhor ter não só lembrado desta entidade como chamá-la para dar esclarecimento. Meu muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Com certeza a AROM, eu já fui Secretário da AROM, a gente sabe a importância desta organização de vocês, é muito importante que a cada vez se fortifique mais, com certeza a AROM representa todos os Prefeitos, é muito mais fácil discutir os problemas do que cada Prefeito defender os seus problemas individuais. Então com certeza a AROM é muito importante, e esta Casa sempre procurou fazer o melhor. O povo mora nos municípios então se a gente quer ajudar às pessoas, a gente tem que ajudar os municípios por que é lá que mora a população.

Nós agora temos aqui a grata satisfação de ter à Mesa muitos representantes, e eu quero abrir a palavra e depois a gente vai inscrever algumas pessoas que quiserem também debater o assunto.

Nós vamos começar pelo Prefeito Oscimar, de Campo Novo, que é Presidente do Consórcio CISAN. Dar uma palavrinha, ser um pouquinho rápido para que a gente consiga debater no final algum assunto que ficou pendente.

**A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)** – Senhor Presidente, nós gostaríamos antes de registrar e agradecer a presença da senhora Secretária Heleniane Marchesini, Secretária Municipal de Educação de Cabixi; do Sr. Charles Pereira, Secretário Regional de Governo de Cacoal; Secretário Municipal de Educação Clésio Costa representando a Prefeitura de Vilhena; Secretária Ruth Carvalho, da Secretaria Municipal do Município de Itapuã do Oeste; do Excelentíssimo Sr. vereador

Tiãozinho, do Município de Porto Velho, Rondônia; Prefeito Adinael, do Município de Nova União; da Sra. Secretária Adriana Delbone Secretária Municipal de Educação de Nova União.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Prefeito Oscimar.

**O SR. OSCIMAR** – Bom dia. Bom dia meus colegas. Bom dia Deputado Adelino Follador. A nossa Secretária de Educação Professora Angélica. Eu gostaria Deputado Adelino, de fazer também estender as minhas homenagens a todos os colegas, os Prefeitos da Mesa; os colegas do Plenário, Prefeitos, em especial aos meus colegas de CISAN, Vale do Jamari, tem bastante representação; aos Vereadores; Vereadores de Campo Novo presentes, já dá para fazer uma sessão hoje se for preciso, tem bastante representação.

Deputado Adelino eu fiquei muito contente ao saber que o senhor foi designado o Relator deste Processo. Como o senhor disse, o senhor tem 12 anos já de experiência de prefeito, como prefeito. Entende a necessidade de a gente desburocratizar a administração pública, a gente tem, ao longo desses anos, combatido a burocracia existente em função até da evolução tecnológica que alcançamos e o Estado ainda se mantém dentro de uma situação de papel, contrariando até as diretrizes de utilizar menos papel para trabalhar. Da mesma forma, Secretária Angélica, parabenizar a senhora como agora representando o Governador, saiba que a gente fica muito contente em ter o Governador Daniel Pereira, por fim ao longo de muitos anos, tem em pouco tempo realizado ou pelo menos tentado atender uma demanda da administração pública do Estado de modo geral com esse pleito dos Prefeitos. A gente já vinha brigando desde o primeiro mandato do Governador Confúcio, desde o Secretário Elarrat, que prometeu fazer uma composição de custo, justa, mas não conseguimos avançar e a senhora agora demonstrou muita sensibilidade, diálogo, poder de diálogo com os técnicos da AROM. Também o Prefeito Airton, a nossa consideração, Prefeito, pelo senhor liderado de uma forma, com muita diplomacia, muita qualidade de discussão e a gente tem orgulho de tê-lo como o nosso Líder maior dos Prefeitos de Rondônia.

Deputado Adelino, só para poder fazer, o que eu quero do Senhor é que atenda as nossas reivindicações de complementação desse projeto de lei. Isso que foi posto agora pelo Roger, é de suma importância, porque o Tribunal de Contas realizou no ano passado uma inspeção, uma auditoria geral do transporte escolar. Uma das necessidades que tinha era que os municípios estabelecessem uma legislação local para que se definisse o que seria o transporte escolar. E o Estado tomando frente nessa consolidação da legislação, definindo, vai ajudar muitos prefeitos, que têm alguns por ideologia, outros por pressão, por questão de representação, formalizar uma legislação dentro do seu município. Essa situação, por exemplo, das distâncias percorridas, a quanto que nós temos que oferecer, isso se for ficar só na planilha vai ter um impacto, porque eu posso definir lá no meu município, que eu tenho que buscar o aluno na porta da casa dele. Aí outro município diz assim: "não, a cada cinco quilômetros você vai buscar o aluno". Na planilha terá um impacto, quem buscar o aluno a cinco quilômetros ou aquele que vai ter que buscar em casa, vai ter um impacto diferente. Da mesma forma que com isso

ajuda também o Ministério Público na fiscalização e é o órgão que é mais demandado nessa questão, o Ministério Público tem uma legislação Estadual consolidada que ele pode trabalhar em função disso mesmo. Então, é muito importante que o senhor receba, acate essa nossa emenda com todas as homenagens a nossa Secretária, que definiu um projeto de lei já bem avançado para nós, mas, são importantes essas ponderações feitas pelo Roger, que sejam contempladas agora no projeto lei a ser votado, porque vai ajudar muito os municípios a terem um marco regulatório que defina quais as condições que nós temos que trabalhar com transporte escolar. Os outros são detalhes, a gente pode discutir ao longo do tempo através dessa Câmara, que está sendo proposta pela AROM, Secretária, e que a gente possa discutir isso daí num clima de muita seriedade, de muita técnica, sem pensar, realmente no aproveitamento de uma situação momentânea que possa favorecer um ou outro politicamente. Era esse o meu pedido, Deputado, pedindo que aceite essa proposta recomendada pela AROM. Muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Parabenizar as palavras do Prefeito Oscimar, com certeza o consórcio na região de Ariquemes, principalmente na área do lixo está fazendo um grande trabalho, parabenizar. É muito importante, e agora está abrindo para outras atividades, eu tenho certeza que vai contribuir muito naquela região.

Agora, gostaria de convidar a senhora Leiva Custódio Pereira, Secretária de Educação de Ji-Paraná, hoje é Presidente da UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Com a palavra.

**A SRA. LEIVA CUSTÓDIO PEREIRA** - Olá, bom dia a todos e a todas. Em nome da UNDIME, nós gostaríamos de fazer um agradecimento muito especial ao nosso Deputado, por nos permitir discutir esse assunto com quem de fato tem a possibilidade de aprovar ou não essa legislação. Gostaríamos de agradecer ao nosso Presidente da AROM, eu acho que nunca a UNDIME trabalhou tão próximo da AROM, e geralmente os Secretários Municipais são problemas para os Prefeitos não é? Porque são os que consomem mais tempo, mais recurso, então, eu acho que essa aproximação, trazer o Prefeito para próximo da Secretaria de Educação, compartilhar, é muito importante o problema do Transporte Escolar. E geralmente essas coisas só chegam ao Prefeito quando falta recurso, não é assim que funciona? A gente vai levando as coisas até chegar ao ponto do Secretário não conseguir mais resolver, aí a gente leva o problema para o Prefeito. Então, é muito importante a participação de todos os Prefeitos nesse processo até porque eu acredito que o Transporte Escolar, o nosso Contrato Transporte Escolar é o maior contrato em termos financeiros da maioria dos municípios. Acho que tirando Porto Velho, acho que os demais municípios têm o Transporte Escolar como o Contrato que mais consome recursos dentro do seu município.

Gostaríamos de agradecer a Angélica, acho que pela receptividade, acho que a equipe tem feito sim um esforço para nos atender, principalmente nesse ano de encerramento de uma gestão, mas, toda essa discussão do Transporte Escolar, a Angélica já acompanhou em outros momentos, tem sido feito tem bastante tempo que os municípios têm pedido mudança

em relação a Legislação e aos critérios. Na verdade, não existia nenhum critério. O critério era político, então, se você tivesse uma boa relação com o Governador, você poderia ter um valor considerado no seu Transporte Escolar, se você não tivesse, poderia não ter.

Então, eu acho que é fundamental que tenhamos transparência em relação aos critérios de repasses de recursos, nós não podemos ficar sujeitos a questões políticas diante da prestação de um serviço tão importante que é o Transporte Escolar.

No mais, agradeço a todos que estão aqui presentes, parabenizo a Equipe Técnica da AROM, que foi quem conduziu todo o trabalho, toda a construção do Projeto, todos os Secretários tiveram a oportunidade de participar, de encaminhar as suas sugestões, então, foi um processo de construção muito democrático, então isso é muito importante para todos nós. Lógico, que depois de aprovado as coisas mudam e eu tenho certeza que esta Casa também estará aberta para receber qualquer mudança que venha de encontro aos nossos municípios.

Gostaria, só para finalizar, dizer, que não é, há dois anos em muitas situações, nós Secretários de Educação, nós éramos tratados por em algum momento pelo Secretário de Estado como se nós estivéssemos recebendo um favor do Estado. Então, e esse recurso era muito importante, é muito importante para os municípios e inúmeras vezes nós discutimos, isso não é um favor, isso é um trabalho que é feito de forma compartilhada e cada ente tem a responsabilidade de cuidar do seu nível de ensino. E o que está acontecendo agora, após, essa auditoria; todos os municípios receberam Auditoria do Tribunal de Contas, hoje, durante esse mês, o Tribunal tem voltado aos municípios verificando o que cada um conseguiu cumprir. Infelizmente, a gente não faz coisas só com boa vontade, nós precisamos de recursos para melhorar a frota, para diminuir a idade dos nossos veículos, a gente precisa de recurso. E o próprio Estado esse ano reconheceu que passava a menos para os municípios. Eu sei, e muitos Secretários sabem o quanto nós indispusemos com alguns Secretários Estaduais de Educação que passaram pela SEDUC, em função dos valores que o Governo do Estado repassava aos Municípios. Então, não é favor, um trabalho de parceria, é um trabalho extremamente importante para os municípios e para o Estado. Então, se cada um cuidar do seu, nós teremos prejuízos tanto o município quanto o Estado, então, a melhor maneira é buscarmos alternativas para que continuemos fazendo esse trabalho em forma de parceria.

Do caso específico do meu município, o Município de Ji-Paraná, em função de não haver clareza quanto aos valores que o Estado repassava, nós apresentamos uma planilha e nós estamos contratando ao FMG para fazer um estudo de viabilidade das nossas rotas. Eu sei que o Governo do Estado passará por mudanças, então, eu penso que seria muito importante, eu não estou questionando a qualidade da planilha que foi elaborado, mas, a Universidade Federal de Minas Gerais, tem o setor mais importante de estudo de tráfegos. Então, é muito importante que nós também tivéssemos a oportunidade de conhecer essa realidade.

O Estado do Espírito Santo, Pará, contratou essa Assessoria da Universidade que é só o processo de implantação.

E esse estudo técnico é feito, inclusive, em relação aos valores de acordo com a realidade local. Então, acho que é muito importante na próxima gestão, o Governo do Estado, pensar nessa possibilidade de termos de fato um estudo técnico de pessoas que estudaram para fazer isso, para fazer uma composição de custo, para estudar uma planilha mais viável tanto para os municípios quanto para os Estados. No mais, em nome da UNDIME, de todos os Secretários Municipais de Educação, agradeço o convite e principalmente a oportunidade que nós tivemos de sermos ouvidos nesse processo. Porque muitas vezes o Prefeito, ele é quase pego a laço aqui em Porto Velho, para assinar, para aceitar determinados valores, nem sempre nós Secretários que estamos executando, temos essa oportunidade. Então, nós agradecemos a todos os Prefeitos que estão presentes, que trouxeram seus Secretários, porque esta é uma responsabilidade nossa, é de todos nós que somos gestores, obrigada.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Agradecer as palavras da Secretária Municipal de Ji-Paraná, Presidente da UNDIME. Dizer que a senhora citou uma coisa muito importante, essa união do Estado e Município, os dois estão levando vantagem, seria impossível o Estado assumir sozinho o transporte escolar, e os municípios teriam muita dificuldade de fazer, com certeza à senhora citou, inclusive, uma das coisas que motivou essa Audiência Pública, foi esse diálogo que eu tive com o Secretário de Educação, e muitas vezes conversando com os prefeitos, e os prefeitos não tinham conhecimento também do que os Secretários estavam discutindo. Então, por isso que esse encontro hoje e esse debate com certeza vai ser muito importante. Vou convidar agora também a Senhora Prefeita Lebrinha, Prefeita do Município de São Francisco do Guaporé, Presidente Consórcio Público Intermunicipal de Rondônia, filha do meu amigo Deputado Lebrão.

**A SRA. LEBRINHA** – Bom dia a todos! Grande alegria de estarmos aqui hoje, e até a gente estranha esse clima, a gente vem quando fala transporte escolar, a gente vem com clima mais tenso de que a gente vai vir para brigar, que a gente vai vir para lutar. E essa passividade e essa tranquilidade que nos traz aqui hoje de ouvir esta Mesa, a qual eu cumprimento aqui o proponente o Sr. Adelino Deputado, grande Deputado que está aqui hoje, obrigada por estar aqui nos recebendo, da mesma forma os nossos Deputados eleitos que já vêm aqui para conhecer as dificuldades dos municípios, e já começar a fazer parte, então, os Deputados Eyder e o Cirone, muito obrigada por estarem aqui junto com a gente, ao Procurador também do Estado, nossa Secretária Angélica, em nome de vocês, agradecer o Governador do Estado de Rondônia, Daniel Pereira, que tem aberto esse espaço para que a gente possa dialogar e que tanto já se avançou nesse pouco tempo de mandato do Daniel Pereira. Cumprimentar aqui nossos amigos prefeitos, estão aqui o Oscimar, da mesma forma o Sr. Airton, cumprimentar toda equipe da AROM, ao Roger, em especial que eu tenho certeza que trabalhou essa noite todinha para conseguir chegar aqui hoje e fazer essa grande apresentação. Aos nossos Secretários, deixei-os aqui para o final, afinal aqui a Leiva, e também ao Carlos, aqui do Município de Porto Velho, em nome de vocês cumprimentar todos os Secretários que estão

aqui de Educação e a equipe também de Educação aqui do Estado. Sei que não está fácil hoje ser gestor, e assumir uma pasta da Educação é muito mais difícil ainda, até mesmos porque vocês, como já foi dito aqui pela Leiva, o Secretário vem aos prefeitos e os prefeitos, naquela choradeira, mas, mais recurso para a Educação. E quando se fala de transporte escolar, ainda especial, está difícil até mesmo conseguir um técnico que queira ser o coordenador, o gerente de transporte escolar. A dificuldade é tão grande hoje que as pessoas não querem nem saber de transporte escolar com medo do Ministério Público e Tribunal de Contas, que incansavelmente, incessantemente nos responsabilizam o tempo todo com multas e tudo mais. Os Prefeitos, a gente vem aqui só na choradeira, e a gente veio aqui para um clima que, será que isso realmente vai acontecer? Será que isso é um sonho? A gente custa a acreditar que esse clima de paz aqui, de todo mundo estar num consenso, num projeto que a AROM vem lutando quanto tempo possa acontecer. Será que ano que vem, a gente não vai mais ter aquela dificuldade, o Tribunal de Contas exigindo de nós uma planilha, que a gente não tem o que fazer, como fazer uma planilha se os cálculos não batem? Se a gente não consegue chegar num resultado final? E hoje, a gente vem aqui com esse clima de que realmente as coisas vão acontecer. Por isso que a gente fala, a gente não sai da vida disso, não é? Porque a gente sempre tem esperança de que vão vir dias melhores. E eu acredito que hoje aqui com o parlamento, nós Prefeitos, vamos conseguir ter o ano que vem, um ano mais tranquilo, sem a população no nosso pé, o transporte escolar parando, aquelas vezes que a gente sai lá da SEDUC, não é Angélica, chorando, chorando mesmo, de sair lágrimas, custa acreditar, mas, eu vi muito marmanjo, prefeito forte aí sair de lá desconsolado, triste demais. Nós queremos dar o melhor de nós para os municípios, nós queremos dar o melhor para os nossos municípes, para os nossos alunos. Mas, no entanto, somos taxados que não nos preocupamos com transporte escolar, não queremos dar ônibus de qualidade para os nossos alunos, e não é isso, nós queremos sim o melhor, mas, com que recursos, nós moramos nos municípios, vivemos nos municípios e quem controla nossos gastos é o Estado e o Governo Federal, colocando dinheiro de gotinha em gotinha para que a gente possa administrar, e hoje estamos administrando a falta do dinheiro, não o dinheiro em si. Então a gente sai daqui muito contente, muito satisfeito, Deputado Adelino e Angélica, com esta audiência, com esse clima de paz, de todo mundo chegar num entendimento, entendendo a situação dos Prefeitos, dos Secretários Municipais que passam por tantas dificuldades. Porque o Tribunal de Contas e o Ministério Público não entendem isso, eles não sabem das nossas dificuldades, eles entendem sim de nos multar, nos canetarem, de irem lá com técnicos que saem falando uma coisa e nos relatórios são outras, com matérias cada vez mais prejudicando os municípios quando não, a polícia na sua porta, e não é esse o nosso sonho, não é essa nossa vontade, nós entramos para ser prefeitos para dar o melhor de nós, para dar o melhor para a nossa população. Muito obrigada ao Governador Daniel Pereira.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Agradecer as palavras da Prefeita Lebrinha, com certeza fazendo um grande trabalho no seu município.



Nós temos o senhor Carlos Santiago, representando a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, como nós estamos em Porto Velho é nosso anfitrião aqui no assunto, gostaríamos de ouvir suas palavras.

**O SR. CARLOS SANTIAGO** – Bom dia a todos. Eu quero saudar aqui na pessoa do Presidente da Mesa Deputado Adelino Follador, todos os Prefeitos presentes, aos representantes aqui de entidades importantíssimas na área de Educação. Senhoras e Senhores, eu estou aqui representando o Professor César Licório que mandou uma saudação a todos. Como alguns daqui me conhecem de longa data, eu sou egresso do Tribunal de Contas do Estado, faço parte do corpo de Auditores do Tribunal de Contas do Estado e inúmeras vezes quando no desenvolvimento da minha atividade profissional, tive a oportunidade de estar nos municípios fazendo auditoria, inclusive na área de transporte escolar, o que eu verifiquei foi à premente necessidade de que o setor fosse devidamente regulamentado, existe muita carência de regulamentação para o setor e por conhecer e saber da necessidade de regulamentação, é que eu vejo com muito bons olhos o projeto encabeçado pela AROM e abraçado pelo Presidente desta Mesa. Eu quero louvar a iniciativa do corpo técnico, com especial menção ao nosso amigo ali que é técnico, faz parte do corpo técnico da SUPEL e com muita competência desenvolveu uma planilha de custos para pautar o transporte escolar terrestre, essa ferramenta caiu como uma luva para o momento que nós estamos enfrentando na Prefeitura de Porto Velho, que é a necessidade urgente de realizarmos um novo certame licitatório, porque os senhores conhecem, sabem do caos que virou Porto Velho, a Secretária de Educação conhece, tem participado com a gente de algumas audiências, inclusive, na Câmara Municipal, na Justiça, e após uma operação da Polícia Federal o transporte escolar de Porto Velho virou um caos. O Secretário que assumiu foi o Professor César Licório e dada a nossa amizade de longa data, ele me convidou para estar trabalhando com ele para tentar trazer à normalidade todo aquele processo. Senhoras, hoje eu tenho a nítida certeza de que a prisão do então Secretário do Município foi totalmente desnecessária, não havia indicativos nenhum de malversação do erário, não havia indicativo de qualquer improbidade administrativa por parte dele, certamente, e eu falo isso como Auditor Técnico, certamente que o relatório da CGU, ele tem inúmeros pontos que merece uma reflexão e um questionamento sobre em que bases técnicas que eles colocaram algumas afirmativas. Então, eu não poderia deixar, embora não conheça pessoalmente o antigo Secretário e a sua equipe, alguns inclusive que estão trabalhando comigo, tem um jovem lá que foi preso, não tem qualquer indício ou qualquer razão para aquele rapaz ter sido preso e foi, e você fica com uma mácula dessas na sua vida, ninguém tira essa mácula. Então o que eu nessa oportunidade quero dizer, eu vejo realmente com muito bons olhos e vejo a necessidade que esse setor seja devidamente regulamentado para que não parem dúvidas, a dúvida maior no relatório da CGU tinha a ver com preço. Só que no meu entendimento e eu tenho 35 anos de Auditoria Pública, os parâmetros utilizados em hipótese permitiam o entendimento de que havia majoração de preço. Este mesmo tipo de situação Ji-Paraná enfrentou, que plantou

uma glosa imensa, e que no final das contas ela não consolida. Eu estive conversando com um funcionário lá de Ji-Paraná, o Marcos, inclusive futuramente estarei fazendo uma visita para trazer alguns dos avanços que Ji-Paraná enfrenta. Parabéns a equipe técnica. Parabéns Sr. Airton pela iniciativa.

Parabéns Deputado Adelino Follador que abraçou esta causa. Eu estou à disposição dos senhores, se necessitarem da nossa ajuda para que a gente possa, realmente, fazer evoluir o trabalho.

Mais uma vez saudações do Professor César Licório a todos. Muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Agradecer as palavras aí do Dr. Carlos Santiago, o conheço há muitos anos, com certeza fez umas observações importantes sobre a situação de muitas vezes pessoas, que nós temos que ter a Lei bem clara. Está aqui o Procurador para que não tenha estas dúvidas e essa insegurança jurídica que acaba acontecendo estas coisas.

Vamos convidar agora com muito prazer o Excelentíssimo Sr. Airton, Presidente da AROM, e parabenizar pela atuação, pelo trabalho que vem fazendo à frente a Associação Rondoniense dos Municípios.

**O SR. AIRTON GOMES** – Bom dia senhores, senhoras. Hoje é uma data importante para todos nós gestores dos municípios, Secretários, Vereadores, comunidade. Um tema tão importante, Presidente, Deputado Follador, que não só nos vem trazer alívio e diminuir problemas para nós gestores, mas, para toda a nossa comunidade e todas as pessoas dos nossos municípios que moram na Zona Rural que tanto dependem deste transporte. Praticamente faltando um mês e poucos dias, Secretária, que estou à frente do nosso município. Nossa Secretária está aqui. Toda semana, ou todo mês, nós temos algum problema para efetuar este convênio de transporte escolar que até então é o que nos rege no Estado de Rondônia.

Mas quero cumprimentar a Mesa, o nosso Deputado Adelino Follador, obrigado por ser nosso proponente desta Audiência Pública; o Deputado eleito Cirone Deiró, parabéns Deputado, sua família em Cerejeiras, nosso parceiro no município lá; Deputado Eyder Brasil; a Secretária Angélica, essa Secretária que todas às vezes, em todo instante esteve aberta ao diálogo conosco, para realmente chegarmos hoje nesta Audiência tão importante; a nossa Prefeita e companheira Prefeita Lebrinha; cumprimento todas as Prefeitas aqui presentes. O nosso companheiro e Técnico falou tudo aqui, Roger; com 35 anos como Técnico do Tribunal de Contas, conhece tudo e mais um pouco. Carlos Santiago meus parabéns pelas palavras. Dr. Francisco Aguiar, quantas vezes estivemos lá discutindo problemas, tentando solução. Os nossos Técnicos da AROM em nome da Dra. Ivonete, todos os Técnicos, o Roger que tanto trabalho neste projeto. A Sra. Leiva, Secretária de Ji-Paraná, que muito bem descreveu as problemáticas do município. E o conhecimento que ela tem em todos os municípios a problemática que tem tido. O nosso companheiro e Prefeito Oscimar que também é um conhecedor deste grande problema que todos os nossos municípios têm.

Senhores e senhoras, portanto, minhas palavras serão breves, mas se fazem necessárias. Deputado Adelino, esta Casa

de Leis com certeza, a gente reitera novamente, que realmente venha aprovar este Projeto, Srs. Prefeitos e Sras. Prefeitas. Porque recentemente o nosso Prefeito colega aqui, vizinho meu de Colorado está aqui presente, onde estava tudo certo, Prefeito, o meu convênio para assinar, estava lá na Procuradoria para assinar; Secretária, a senhora do convênio que eu, fugiu o nome dela agora, ligou para a Secretária, dizendo que tinha vencido a carteira de habilitação de um dos motoristas. Deputado, V. Ex<sup>a</sup> que foi 12 anos Prefeito sabe deste problema. Ai volta todo o Convênio, Dr. Aguiar, para trazer este documento novamente do motorista que tinha vencido quando apresentamos o convênio, não tinha nenhum vencido, mas, venceu, porque demora até celebrar o convênio, o transcurso do prazo, aí volta tudo, fixar, anexar esse documento do motorista para depois o projeto andar novamente, Prefeitos, para celebrar esse convênio e depois a gente receber. E os nossos alunos nos nossos municípios e do Estado que precisam do transporte escolar ficam lá aguardando essa boa vontade nossa, porque é nossa, nós somos gestores, o compromisso somos nós. Nós que assumimos; Prefeitos e Secretários e Secretárias, assumimos esse compromisso de transportar os nossos alunos, Deputado Follador, há problemáticas constantes. Importante, Deputados eleitos, Cirone, Eyder, ano que vem vocês estão aqui nesta Casa de Leis e com certeza, esse tema vai voltar a esta Casa de Leis, e vocês, vice-prefeito, já tem conhecimento da dificuldade da Prefeita lá em Cacoal, nesse tema, então também vai analisar e somar com os demais Deputados que retornam a esta Casa de Leis. E adequações que tinham que ser feitas, Deputado Adelino, com certeza vão precisar. Mas, aí, você também está aqui presente a partir do ano que vem e será muito mais fácil e mais ágil. Mas, também, não posso deixar de dizer do nosso Governador Daniel Pereira, então Deputado desta Casa, um líder sindicalista que conhece a fundo as problemáticas dos municípios, e não diferente do transporte escolar. Assim que levamos essa problemática a ele, e também a Secretária Angélica, de imediato eles se dispuseram a analisar e enviar, estudar e solicitar a equipe técnica da SEDUC, da SUPEL para trabalhar esse assunto o mais breve possível enviar mensagem para esta Casa de Leis. E foi assim feito. Então, o nosso agradecimento ao Governador Daniel Pereira, a Secretária Angélica. Secretária, com certeza, o seu nome não será esquecido por esse grande trabalho que tem feito a frente dos municípios no tocante ao transporte escolar. E vocês, Deputado Adelino, em seu nome, cumprimento todos os demais Deputados que a partir de amanhã estarão aqui e solicitamos, Deputado, que já coloquem em votação isso amanhã, que seja apreciado o mais breve possível. Com certeza, muitos Prefeitos vão estar aqui amanhã, Secretários, Vereadores, e podem estar aqui presentes também, que é essencial o mais rápido possível. Muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** - Parabenizar o Presidente da AROM que, com certeza, já sugerir que comunicasse aos Prefeitos, aos Secretários, Vereadores que puderem ficar amanhã, que vou pedir ao Presidente desta Casa que coloque em pauta, que autorize para a gente colocar em pauta. Questão de justiça, a relatora é a Deputada Rosângela Donadon, fazer o sobrestaja ao projeto na Comissão de Redação e Justiça, amanhã às 10 horas nós temos reunião na Comissão

de Redação e Justiça, eu sou Vice-Presidente, Deputado Marcelino é o Presidente, nós vamos tentar deliberar amanhã, se a Deputada Rosângela não estiver, vamos nomear outro relator, nós queremos ver se na Comissão da Redação e Justiça amanhã dê o parecer e vamos conversar com o Presidente para colocar em pauta amanhã. Eu acho que é muito importante já que a Secretária de Educação disse que são poucas reuniões que ela vem aqui e tem uma reunião tão tranquila assim, que ninguém está cobrando ela, estão só parabenizando.

Então, com a palavra a Secretária Angélica. Parabenizar pelo trabalho que vem fazendo. Dr. Aguiar abriu mão da fala, ele está aqui só observando, porque na realidade juridicamente depois, com certeza, vai contribuir para essas discussões que estão sendo feitas hoje. Com certeza, depois agradecer a presença hoje aqui do Procurador Aguiar, que há muito tempo está na Educação e tem contribuindo muito e nós com essa legislação vai facilitar, também, o trabalho na Secretária de Educação. Então, com a palavra, a nossa amiga Secretária de Educação.

**A SRA. MARIA ANGÉLICA** – Bom dia a todos. Eu quero inicialmente cumprimentar ao Deputado Adelino Follador, que é o proponente desta Audiência. Deputado Adelino é um Deputado muito atuante, então cabe aqui um agradecimento especial por ter proposto esta Audiência e por tantas outras ações que ele sempre tem estado na Secretaria de Estado da Educação conversando conosco, dialogando, trocando ideias, sempre na propositura de encontrar os melhores caminhos para as demandas e para as dificuldades que nós temos no Estado de Rondônia. Quero cumprimentar, também, o senhor Cirone, deputado já eleito; o Sr. Eyder, Deputado eleito, agradecemos também por já está participando aqui conosco, porque nós entendemos que Transporte Escolar não se esgota aqui a complexidade do Transporte Escolar, então acredito que nós teremos muitos outros diálogos ainda sobre o Transporte Escolar até conseguirmos de fato chegar a um serviço de qualidade que é isso que nós desejamos, atender os nossos estudantes da melhor maneira possível.

Quero cumprimentar o senhor Airton, que é o Presidente da AROM, Prefeito de Cerejeiras, que também é um grande parceiro, sempre está conosco aí reivindicando em nome dos municípios, mas, de uma maneira muito respeitosa, de uma maneira bastante propositiva no sentido de que realmente a gente possa alinhar ações, alinhar políticas, enfim, chegar a um consenso em que ambas as partes se sintam satisfeitas, tanto o Estado quanto os municípios. Então, eu não tive nenhum acesso aos outros Presidentes da AROM, eu não sei se todos eram atuantes assim, mas, o Presidente Airton eu realmente quero aqui fazer uma referência especial como ele tem de fato conduzido essa discussão e outras não é, Prefeito?

Quero cumprimentar a Prefeita Lebrinha, também uma Prefeita extremamente atuante, extremamente comprometida, responsável, todo o diálogo com a Prefeita Lebrinha é um diálogo muito proveitoso também, porque eu a considero uma Prefeita muito inteligente, sempre com ideias proveitosas, sempre lutando pelo seu município com muita garra, então, é um exemplo para nós, é um exemplo que nós temos no Estado.

Quero cumprimentar o senhor Carlo Santiago, que aqui representa, um grande amigo, o Professor César Licório, eu

venho tentando realmente, acompanhando toda a saga no Município de Porto Velho, após, a Operação da Polícia Federal, que na verdade amedrontou todos nós, assustou todos nós, nós sabemos que o município de Porto Velho, esse ano de 2018, realmente enfrentou inúmeros desafios, está enfrentando ainda, não foi fácil. Então, leve o nosso abraço ao Secretário César Licório.

Quero cumprimentar o Dr. Aguiar, que é o Procurador que atua na PGE Interna da Secretaria de Estado da Educação e que também contribuiu com essa proposta de Lei, ele e a sua equipe que também estudaram, que também discutiram e que por ser o Procurador que atua na SEDUC, ele vivencia todas as dificuldades, enfim, todos os entraves que acompanham essa morosidade dos processos, os trâmites dos processos que envolvem o Transporte Escolar. Então, vez ou outra isso e é muito recorrente, eu peço ao Dr. Aguiar: Dr. Aguiar, olha, chamo ele na minha sala: "Dr. Aguiar, por favor, temos que agilizar, tem que sair agora, tem que assinar hoje porque o município liga para mim: Secretária o Transporte está parando, já parou". E aí é pressão de todos os lados, então o Dr. Aguiar tem sido um grande parceiro em relação a isso, às vezes, ele até está fora do Estado, eu como, nós agora temos o SEI e a gente entra em contato: "Doutor, nós precisamos dessa assinatura, o despacho tem que sair hoje, enfim". É sempre tudo muito, é sempre tudo muito na pressão mesmo em função da morosidade dos trâmites.

Bom, quero cumprimentar também todos os Prefeitos que estão aqui presentes, que vieram acompanhar essa temática tão importante; quero cumprimentar os Secretários Municipais e quero cumprimentar também os Vereadores. Eu sei que têm muitos Vereadores, muitos Secretários Municipais, me perdoem, eu acho que eu pulei aqui a Leiva, que é a Presidente da UNDIME, que a UNDIME também é sempre muito presente em todas as discussões, a Leiva também sempre muito atuante. Pulei também o Prefeito Oscimar, desculpa viu Prefeito, o Prefeito Oscimar que sempre está conosco também, o Prefeito de Campo Novo e que é uma conversa muito agradável com o Prefeito Oscimar, ele sabe disso, nós trocamos sempre muitas ideias, muitas ideias proveitosas não é Prefeito? Perdoe, eu ter pulado.

Mas, enfim, o Governador Daniel Pereira não pode estar aqui presente, tinha uma agenda, outra agenda, mas, pediu que nós estivéssemos aqui manifestando todo interesse que o Governo do Estado tem em realmente aprovar essa Proposta de Lei que nós estamos discutindo. Nós, como disse o Prefeito Airton, nós já tivemos várias vezes com o Governador, conversando, discutindo, apresentando todos os pleitos. O Governador, quando assumiu numa das primeiras conversas que nós tivemos sobre esse assunto, ele na época então, na minha frente ligou para o Márcio da SUPEL. E eu quero agradecer aqui a presença da SUPEL, que de maneira muito técnica e muito competente, e muito responsável finalizou o caderno técnico que vai estabelecer os parâmetros necessários para que o transporte escolar de fato seja como disse a Secretária Leiva, na fala dela, seja algo que tenha total transparência, total equidade, total justiça em relação a valores, enfim. E eu entendo que o caderno da SUPEL, ele propõe isso, ele propõe um parâmetro que de fato pode ser considerado, e vai estabelecer toda essa transparência e toda essa

responsabilidade que todos nós desejamos para o transporte escolar. Não foi fácil porque é um estudo complexo, a SUPEL, ela esteve pesquisando em outros Estados, alguns técnicos estiveram se dedicando exclusivamente para finalizar esse caderno técnico. Então, eu também esqueci o nome do técnico que está presente, mas, eu quero que ele leve todo o nosso agradecimento ao então Superintendente, o Márcio, que se esforçou para que de fato esse caderno técnico fosse concluído. Então, o Governador Daniel Pereira, ele quer deixar esse legado para o Estado de Rondônia, porque todos que estamos aqui, Prefeitos, Secretários Municipais, todos sabemos como é o trâmite dos processos de transporte escolar, seja convênio, ou seja contrato, é um trâmite moroso, é um trâmite emperrado, é um trâmite desgastante. Então, assim, todos os problemas aqui já foram falados, e diante de tudo isso, diante desse desgaste que não é só para os municípios, mas, é para o Estado também, obviamente que algo tinha que ser feito. Nós, não podemos estar sempre patinando, patinando, porque assim eu entendo que o transporte escolar, anos a fio vem patinando, patinando todas as partes insatisfeitas, porque eu digo que a Secretaria de Educação, sempre dispensa um orçamento bastante considerável para o transporte escolar, em 2019, por exemplo, nós já destinamos no orçamento para 2019, praticamente cento e sete milhões para o transporte escolar. Então, a Secretaria, ela sempre dispensa o orçamento considerável, só que, os Secretários na grande maioria das vezes ficam insatisfeitos e o que é pior, os usuários do transporte escolar, também ficam insatisfeitos. Então, o Estado insatisfeito, os municípios insatisfeitos e os usuários insatisfeitos, algo tinha que ser feito realmente em relação ao transporte escolar. E por isso que quando o Roger esteve comigo, nem me recordo se o Prefeito estava presente na primeira reunião que nós tivemos sobre assunto, eu estava recém chegando, mas eu disse não, isso é uma política extremamente importante que de fato nós temos que reunir todos os esforços para conseguir concretizar. E esse momento, eu espero estar bem breve, nós vamos conseguir concretizar esse momento. E eu vejo que o objetivo é desburocratizar, é desburocratizar, os municípios, eles terão que estar bastante empenhados numa execução dentro do que a Lei prevê, uma execução rigorosamente dentro do que a Lei prevê, e vão ter que se dedicar a prestação de contas. Então, porque hoje, eu vejo que com todo esse trâmite que como eu digo, é desgastante para todo mundo, um fluxo que por mais que a Secretaria de Estado, já tenha tentado, o fluxo não consegue melhorar, por inúmeras situações, mas, principalmente porque eu entendo que há um processo que está ultrapassado, precisa mudar, pois muito bem, então, os municípios vão se dedicar a prestação de contas. E nós da Secretaria de Estado de Educação, vamos nos dedicar estar aprovando a prestação de contas. Então, as nossas equipes vão estar muito mais, vamos dizer, tecnicamente preparadas para isso para analisar e aprovar a prestação de contas, e também nós vamos estar com maior possibilidade de monitorar de maneira mais efetiva o transporte escolar. Porque esse é o objetivo, nós vamos desburocratizar, entendemos que todo e qualquer programa que a Secretaria de Estado possui com repasse direto tem se mostrado eficiente, todos, nós não nos arrependemos em nenhum deles e acredito que este também não haverá arrependimento algum e daqui a uns dias nós vamos

estar sim comemorando esse avanço. Mas como eu disse, não pode ser a última discussão, tem muito ainda a se estudar sobre transporte, acho que a Secretária Leiva falou uma coisa importantíssima, essa questão do estudo das rotas eu sempre digo, já conversei com alguns prefeitos sobre isso, esses ônibus fazendo o zigue-zague que fazem, nós estamos desperdiçando recurso público, mas, o que eu considero mais agravante nós estamos penalizando demais os nossos estudantes porque é desgastante para o estudante ter que sair de casa de madrugada, porque às vezes o ônibus tem que andar 10, 15 KM para buscar 2 alunos, então isso tem que mudar, estabelecer rotas que sejam exequíveis é o objetivo e logicamente considerando o bem-estar dos usuários, o bem-estar dos nossos estudantes. Quanto tempo um estudante realmente deve percorrer da sua casa até a escola? Deve percorrer a bem realmente de todas as suas condições para que o processo em si da aprendizagem ocorra da melhor maneira possível, porque esse é o objetivo, o objetivo é acesso a educação, o objetivo é o processo de ensino a aprendizagem, o transporte é um meio. Mas, eu tenho certeza que este é um grande passo, é um grande avanço e que a partir daqui nós teremos outras conquistas que serão fundamentais para que a gente possa oferecer de fato um serviço de qualidade em termos de transporte escolar. E eu quero, meu desejo é que nós possamos estar discutindo a ponto de que Rondônia se torne referência para o Brasil, porque transporte escolar é problema em todos os Estados, então vamos continuar discutindo, vamos continuar avançando, vamos fazer um estudo e vamos ser referência e vamos ter o melhor transporte do País. Muito obrigada.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Obrigada, Secretária, por suas palavras muito importante, e tem que, é um outro debate, com certeza a Secretária colocou essa situação desse pessoal que a gente busca, a Prefeita Lebrinha citou uma coisa também, tem fazendeiros que fazem a casa lá no fundo do lote para que depois a prefeitura vá lá fazer o carreador e manter o carreador para ele só por causa dos alunos, daqui a pouco o aluno vai embora e você fica com o quê? Eu acho que o Ministério Público tem que rever isso, eu acho que dentro da propriedade de cada um eu acho que cada fazendeiro, cada propriedade que se responsabilize, eu acho que pegar um ônibus com 30 alunos lá na fundiária buscar porque não faz a casa ali na frente, porque não dá condições do seu funcionar? Eu acho que é um questionamento muito importante, Prefeita Lebrinha que fez agora e daqui a pouco vai ser governadora, com certeza, mas, acho que é uma observação importante. Também a Secretária Angélica citou de repente fazer outro debate nesse sentido para que não precisem os ônibus entrarem em todos os carreadores, junto com AROM fazer um estudo nesse sentido. Eu gostaria aqui, já foi citado duas vezes aqui, Luciano Germiniano, Analista de Licitação da SUPEL, foi muito importante, o senhor gostaria de falar alguma coisa? Se quiser pode vir porque a SUPEL foi muito importante nesse trabalho junto com a AROM, junto com a Secretaria de Educação. Então fique de pé, a Secretária está pedindo, e uma salva de palmas então pelo trabalho que fez junto a SUPEL para que a gente chegasse nesse patamar. Eu gostaria agora de abrir com muita satisfação para o meu colega Deputado eleito Eyder Brasil, Deputado eleito e com certeza a partir de 1º de fevereiro vamos

estar juntos aqui nesta Casa e para nós é um prazer tê-lo aqui nesta audiência pública, participando, se preocupando já com os problemas do Estado de Rondônia.

**O SR. EYDER BRASIL** – Obrigado Presidente. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do meu Presidente nosso Deputado Adelino, futuro colega de trabalho; cumprimentar também os Prefeitos que se fizeram presentes. Porque a gente já basta aí à compreensão da preocupação de todos vocês com as nossas crianças e por isso quero deixar aqui os meus parabéns. Como os Secretários Municipais de Educação que se fizeram presentes, se deslocaram até aqui na Capital para tratar deste assunto tão importante. Quero cumprimentar aqui a AROM, o seu Presidente, mas, também o seu corpo técnico, viu Presidente? Parabéns vocês têm um corpo técnico realmente preocupado em trazer não apenas os problemas, mas, trazer as soluções para eles. Parabéns. Roger, a sua pessoa, parabéns.

Eu quero aqui falar também já como Líder do Governo, Deputado, e em nome de Jesus eu serei aqui nesta Casa e do Governador Coronel Marcos Rocha, que hoje não se encontra em Rondônia está descansando com a sua família de uma longa jornada. Então um merecido descanso no seio de sua família. Mas, que o Governador como professor que é, ele gosta de dizer muito isso, ele é professor, então ele entende de educação. Foi Coordenador de Educação, foi diretor de uma escola, uma escola de referência no nosso Estado, a Escola Tiradentes. Então ele sabe quais são as necessidades que a educação passa. Dizer que o Governo do Coronel Marcos Rocha vai estar aberto para conversar com todos os Prefeitos, principalmente aqueles que quiserem realmente uma solução para as suas necessidades, não apenas educação que eu falo. Dizer que eu estive agora a pouco às 07h00min da manhã reunido com os nossos servidores do DER da 13ª residência. Engraçado que uma coisa que eles me falaram foi justamente isso, é que eles querem trabalhar, eles querem abrir as estradas. E justamente por entender que as crianças precisam chegar às escolas, e muitas, muitas das nossas crianças deixam de frequentar as aulas por as estradas estão com problemas, elas são intrafegáveis. Os ônibus escolares muitos sucateados, mas, é o que temos para trabalhar. Não conseguem em algumas ROs, em algumas vicinais. Então o transporte escolar também passa por isso. Eu estava vendo ali o quadro que o Roger nos apresentou, que o valor, ele cresce se a estrada é pavimentada ou não, se eu não estou enganado. Então temos que trabalhar de forma conjunta para o bem de nossas crianças. Porque as nossas crianças como a Secretária falou e muito bem falou aqui, elas são as nossas clientes, elas são os usuários, são o principal foco da nossa administração. Então não estaríamos aqui Prefeitos, Deputados eleitos, reeleitos se não fosse para trabalhar pelo nosso povo. Então que bom que a Assembleia Legislativa, esta Casa de Leis está abrindo as portas para a AROM, para a SUPEL, para a Secretaria de Educação trabalhar e conversarmos. Acredito que através do diálogo que chegaremos a um consenso, a melhorias para o transporte escolar. E aqui eu lembro a Prefeita Lebrinha falando que veio toda armada, não é Prefeita? E chegou aqui e está este clima. Mas, eu acredito que é isso, acredito que é através do diálogo cada um contribuindo da melhor forma possível chegaremos

juntos, a um denominador comum, que é o melhor para o transporte escolar, que é o melhor para atender as nossas crianças. Com isso aumentarmos os nossos índices aqui no nosso Estado, nos nossos municípios, que Rondônia, realmente, seja a excelência não só no transporte escolar, mas, que o transporte escolar somado a uma boa educação sejamos referência para o Brasil nos índices de educação. Obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Obrigado pelas palavras. Com certeza nós vamos estar juntos discutindo este assunto porque a gente vai ter para discutir ainda no futuro. Agradecer a sua presença.

Nós agora temos também hoje Vice-Prefeito e Cacoal e também Deputado eleito Cirone Deiró. Com a palavra. Agradecer a presença que engrandece mais a Assembleia com a presença de vocês aqui hoje.

**O SR. CIRONE DEIRÓ** – Bom dia senhoras e senhores. Estou meio avançado no horário. Quero antes de começar a minha fala parabenizar a cidade de Cacoal pelos 41 anos, hoje é aniversário da nossa cidade, estamos em festa. Um município pujante, um município importante para o Estado de Rondônia. Aonde pessoas acreditaram no Eldorado brasileiro, desbravaram aquela região com cacão nas costas e são pessoas valorosas que temos que reconhecer o crescimento do nosso Estado de Rondônia, um entre os três que está no azul e graças ao povo trabalhador, ao povo que faz a diferença neste Estado.

Quero cumprimentar o Presidente da Mesa Deputado Adelino Follador, parabenizá-lo pela sua reeleição. O senhor tem sido uma referência para nós no Estado de Rondônia, pelo seu trabalho, reconhecemos que precisamos de homens valorosos aqui nesta Casa, parabenizá-lo pela sua eleição. Cumprimentar nosso colega Eyder Brasil, eleito para essa legislatura seguinte, desejar ao senhor, sucesso, que possa fazer aí um grande mandato para o povo de Rondônia. Nossa prefeita Lebrinha, do município de São Francisco, tem sido um exemplo de trabalho em São Francisco, cumprimentá-la e dizer que desejamos que seu mandato seja repleto de muitas alegrias, sabemos as dificuldades que os municípios passam no Estado de Rondônia. Enquanto não tiver, Presidente, uma descentralização do dinheiro público nesse Pacto Federativo, os municípios vão sofrer e sofrer muito. Onde está a população é no município e o município fica apenas com 18% dessa verba, 32% no Estado e 50% para a União. Então, nós precisamos rever esse Pacto Federativo, senão daqui uns dias nós não temos candidato a prefeito em lugar nenhum do Brasil. Então, os Prefeitos sabem disso, dessa dificuldade. E nós como Deputado Estadual vamos estar juntos, imbuídos nessa luta. Porque como Vice-Prefeito de Cacoal, eu sei a dificuldade que a nossa Prefeita tem passado ali naquele Município. Quero cumprimentar aqui todos os prefeitos eleitos; as prefeitas eleitas aqui, que estão aqui presentes, que estão fazendo com maestria, esse pouco recurso que vocês têm, trabalhando pelos seus municípios. A União foi repassando atribuições para você, mas, ao mesmo tempo encolhendo a verba. Então, nós sabemos a dificuldade que vocês passam nos seus municípios. Os vereadores aqui presentes que são para-choques da população em relação às prefeituras. Então, todos os Vereadores; nossos

Secretários aqui presentes; em nome da nossa Secretária de Educação de Cacoal, Roseli, que está aqui presente, quero cumprimentar a todos os Secretários; nosso Secretário de Governo lá da região de Cacoal Charles Pereira; cumprimentar Ederson Deiró, meu irmão ali de Vilhena, Diretor do TRT que está aqui nos acompanhando; cumprimentar a todos os Secretários aqui de Ji-Paraná que estão aqui presentes; o de Porto Velho; nosso Prefeito de Cerejeiras, que continue naquele mandato brilhante na sua cidade. E a nossa Secretária de Educação do Estado de Rondônia, que com pouco tempo à frente da pasta tem feito a diferença. Nós sabemos, Secretária que, na maioria das vezes, Secretários dos municípios do Estado de Rondônia vêm para discutir esse convênio, vêm para discutir esses contratos dos transportes e têm grande dificuldade. Quero parabenizar ao Governador Daniel Pereira; mais uma vez ao senhor, Deputado, por abraçar essa causa e já tentar colocar na pauta amanhã para a votação, porque o senhor não sabe o clamor desses Prefeitos e desses Secretários do Estado de Rondônia para que esse dinheiro seja passado fundo a fundo, para não ter essa peregrinação aqui na Capital para buscar esse recurso que é direito dos alunos, que é direito dos estudantes, as joias preciosas dos nossos municípios e dos nossos cidadãos rondonienses e tem essa dificuldade para fazer esse convênio, fazer esse contrato. Então, eu deixo aqui só as nossas palavras de estímulo, que vocês Prefeitos continuem nessa luta buscando as dificuldades que vocês têm; que nós com Deputados estaduais possamos acatar, que mais do que ninguém, são vocês que fazem as suas dificuldades, trazer isso para a pauta, que Deputados como Adelino Follador, deputados com Eyder Brasil, como Cirone Deiró, estarão aqui para receber vocês, nós sabemos das dificuldades que vocês passam, estaremos juntos para resolver todas essas situações.

Obrigado, fiquem com Deus, que tenham uma semana abençoada e que esse projeto seja votado amanhã e passe na pauta. Obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Agradecer as palavras, parabenizar, desejar sucesso. Nós temos aí seis Prefeitos inscritos que gostaríamos de abrir rapidinho para que cada um se pronuncie. Edir Alquieri, Prefeito de Cacaulândia, para falar também. Foi meu Vice em dois mandatos, para mim é uma satisfação tê-lo aqui, Prefeito.

**O SR. EDIR ALQUIERI** – Meu bom dia a todos. Agradecer primeiramente a Deus por esse momento importante, parabenizar o Deputado Adelino, relator desse projeto de muita importância; a Secretária de Educação é uma pessoa que vem trabalhando para o nosso Estado com muita transparência, Secretária Angélica; ao nosso Procurador Aguiar, com muita dificuldade, mas, vem trabalhando muito bem; Prefeita Lebrinha; os nobres Deputados eleitos Eyder Brasil; Cirone; nosso Prefeito Oscimar; Presidente da AROM, Airton, nosso amigo; e ao Secretário de Porto Velho e Ji-Paraná. Dizer que é muito importante essa reunião. Em nome dos Vereadores de Cacaulândia, Gene Falcão, Presidente Neuza, Vereador Toninho, cumprimentar todos os vereadores presentes.

Esse projeto sendo aprovado, Deputado Adelino, vai melhorar muito a vida dos municípios, eu falo em nome do Município de Cacaulândia que está sofrendo, e estamos

vendendo a janta para comprar o almoço. Nós temos um gasto de mais de dois milhões com a folha do transporte escolar e a receita que a gente recebe do Estado não chega nem a oitocentos mil, e a burocracia desse convênio é difícil. Eu sei que não é má vontade do Estado, mas, nós estamos praticamente com o transporte parado. Estamos trabalhando na marra, o ônibus não passa no DETRAN, o cartão bloqueado precisando arrumar e não temos dinheiro para arrumar, está rodando na raça, hora por hora pode parar, é uma calamidade, é muito dificuldade no final do ano parar o transporte. Então, a gente pede que os Deputados que se comovam e aprovelem esse projeto para no próximo ano não ter essa dificuldade.

Cumprimentar a AROM, esse trabalho muito sério que fez também, que seja para nenhum município ter perda. O nosso município anda muito, anda cento e poucos quilômetros em trajeto e se rodar o ônibus de estrada e do município vai um milhão e pouco para cada um, para o município e para o Estado. Então, a fatia maior fica para o município, o município tem um gasto muito alto, para o Estado é lucro, para o município também é lucro por quê? O índice da folha nossa está estourada, e esse dinheiro do transporte, ele abaixa o índice da folha, só por isso, senão eu recusaria o transporte escolar, eu puxava aluno do município e o Estado puxa do Estado, que é muito mais viável para o Município, não tem Promotor na porta, não tem nada de problema, mas, nós estamos obrigados a aderir porque é uma parceria de mão dupla e a gente conta a colaboração e a sensibilidade do nosso Procurador Aguiar que é uma pessoa séria para poder amenizar alguma coisa para nós podermos fechar o ano.

Que Deus abençoe, muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Parabenizar o Prefeito pelas palavras. O Deputado Edson Martins, Vice-Presidente desta Casa, também acabou de chegar, gostaria que ajeitasse uma cadeira para que ele fique aqui conosco também, se assim desejar, com certeza, pedir o apoio dele também para amanhã a gente colocar em Pauta.

Nós temos o Cornélio Duarte, município de São Miguel, também quer deixar umas palavrinhas.

**A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)** - Em tempo, senhor Presidente, gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Prefeito Nelson José, do município de Santa Luzia do Oeste; da Exm<sup>a</sup>. Senhora Vereadora Daiana Alfaro, da Câmara Municipal de Pimenteiras do Oeste; do senhor Secretário Isaque Maciel, da Secretaria de Projetos do município de Pimenteira e do senhor Márcio Domingos, Vice-Presidente da Associação Agrovila, Linha C-25 da BR-319.

**O SR. CORNÉLIO DUARTE** – Saúdo a todos com bom dia! Em nome do proponente Adelino Follador, saúdo a Mesa; em nome da Angélica, como o assunto é educação, saúdo todos os meus amigos Prefeitos, Vereadores, Secretários, AROM, todos os presentes.

No dia 13 de setembro de 2018 chegou à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia uma Mensagem de Lei nº 197, de autoria do Poder Executivo. Essa Mensagem de Lei foi transformada no Projeto de Lei 1069/18. Na Mensagem do Projeto de Lei, já é Projeto, no artigo 1º diz o seguinte: “fica

instituído o Programa Estadual do Transporte Escolar no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, com o objetivo de transferir recursos financeiros de forma direta aos entes municipais que realizarem o Transporte Escolar dos alunos da rede estadual do ensino, residentes na Zona Rural”. E lembro que eu era Vereador, eu acredito uns 20 anos, naquele tempo não tinha as Escolas Pólos, ainda, a ideia das Escolas Pólos foi uma ideia que veio para revolucionar a Educação de Qualidade no nosso País. Foi encarada de forma negativa pelos usuários então, os pais de aluno e os alunos. Por quê? Porque deslocaria as crianças fora da sede de suas residências. Essas crianças andariam alguns quilômetros a mais para que fossem atendidas com esse novo ensino que é o ensino de qualidade aperfeiçoado daquele ensino que tínhamos implantado no nosso País, que foi encarado com muita dificuldade naquele tempo. Os Prefeitos sofreram muito, viu gente, os pais não queriam aceitar. Até então se acostumou com a ideia, quando veio o Ensino Médio também com essa carência, porque na Zona Rural não tinha o Ensino Médio, o Estado via a necessidade de transportar os alunos do Ensino Médio para a Sede dos Municípios. O que acontecia naquele tempo? Na sequência. Transitaria de dois ônibus com apenas uma linha, um ônibus puxando os alunos do Estado e um ônibus puxando os alunos do município. O que acontecia com a Secretaria de Município e as representações do Estado dentro dos Municípios? Tinha um debate muito pesado pelo Poder Executivo e Legislativo com os Vereadores, como eu era Vereador naquele tempo, quando se faziam as parcerias, que não se tinha explicação, essas parcerias, algumas linhas o município puxava para o Estado outras linhas, o Estado puxava para o município e os Vereadores denunciavam porque era obrigação do Estado puxar aqueles alunos e de forma também o município puxar os outros alunos, quando se unia para puxar os alunos que não se conseguia prestar conta, porque é obrigação de um, era de um de outro, era de outro, ninguém entendia nada, e aí houve as denúncias. Aí surgiu a política da boa vizinhança. A política da boa vizinhança é o agregamento para que pudesse o Estado e o Município resolver um problema que era dos dois, e aí surgiu o que nós estamos aqui hoje com problema, que é o convênio do transporte escolar. Esse dinheiro, o Estado gastava para puxar os alunos do Estado, foi repassado para o município, aí que veio o grande problema no gerenciamento desse recurso que nós estamos debatendo aqui hoje. O que acontece com esse recurso? Vocês são sabedores disso, só estou chovendo no molhado, a dificuldade que tem para gerir esse recurso, estamos aqui hoje debatendo, que eu já tinha até pensado o meu discurso, Deputado Adelino, só estou aqui repetindo como que eu acho como vai ser sanado, se Deus quiser amanhã, mas, para nós entendermos o que acontecia, o que vai acontecer. Nós fizemos a política da boa vizinhança, assumimos a responsabilidade do Estado, desde aquele tempo fui vereador, fui vice-prefeito e começamos a pagar o preço, o preço de quê? O Ministério Público é mais perto da minha porta do que da porta do Governador. Não é verdade? O pai de aluno me vê todos os dias na rua, para tudo quanto é canto; o empresário, ele não vai vir aqui no Estado reclamar por causa do pagamento que não saiu, vai lá à minha casa ou lá na Prefeitura, e aí vem à pressão. E eu digo para vocês o seguinte: vem o desgaste político e o desgaste pessoal, porque as coisas quando acontecem, gente, se fosse só

desgaste político, a gente supera, que de quatro em quatro anos se troca os gestores, se troca a administração pública, mas, o desgaste pessoal é muito doído, as pessoas envolvem família da gente, começa a xingar, começam a baixaria e isso dá um mal-estar na gente tão grande, que a gente quer resolver o problema e não consegue. Então, eu vejo a necessidade muito grande nessa reunião, Deputado Adelino, V. Ex<sup>a</sup> que é o proponente dela, que aderiu essa bandeira, vamos resolver de vez, pelo menos em parte esse transporte escolar, Angélica, pelo menos em partes para que não possamos continuar sofrendo com esse repasse, nessa parceria do Governo e o município. Nós não podemos culpar o Governo não, e nem o Governo culpar o município. É que a forma com que foi feita o convênio, é que não está atendendo a nossa necessidade. Eu acho que com essa mudança, Roger, eu acho que nós vamos avançar muito, acredito que o ano que vem, se Deus quiser, a história vai mudar do transporte escolar. Uma coisa de menos para nós incomodarmos o Governo o ano que vem, não é Lebrinha? Dessa forma, eu acho é que se nós conseguirmos fazer gestão no Município, no Estado, só concluindo, quero dizer a vocês que o fardo está pesado, as ações do Governo Estadual, as ações do Governo Federal, estão centralizando tudo nos Prefeitos. Quero aqui dizer ao Cirone, que falou sobre a fatia de 18% dos municípios, nós pegamos a pequena fatia e assumimos toda a responsabilidade do Poder público, estadual e federal, não tem como Poder Estadual, fazer uma boa gestão no município e não ter como o Poder Federal fazer uma boa gestão no município, aí joga a responsabilidade para o Prefeito, e então dele, estão direto ali no município. Está difícil, está pesado, mas, precisamos de muito apoio e precisamos de sempre nos unirmos para brigar por um Município melhor, por um Estado melhor, por um Brasil melhor, que a nossa Pátria tem uma revolução e que nós trabalhemos sempre juntos, meu muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Parabenizar o Cornélio. Prefeito Leomar Patrício, município de Machadinho, vamos ser um pouquinho rápido para a gente não ficar muito cansativo. Deputado Edson Martins, falei com ele agora, ele também vai se empenhar, vice-Presidente desta Casa, para que amanhã a gente coloque em pauta esse Projeto.

**O SR. LEOMAR PATRÍCIO** – Excelentíssimo Deputado Estadual Adelino Follador, Excelentíssimos Deputados Eyder Brasil, Cirone Deiró, Edson Martins, meu companheiro é uma honra poder estar aqui com vocês, a nossa Secretária de Estado, a Prefeita Lebrinha, o nosso Prefeito Oscimar, vizinho quase município; Leiva Custódio, uma honra. Também o Dr. Aguiar, cumprimentá-lo e dizer dos momentos difíceis que nós tivemos frente à discussão do transporte escolar. Quero cumprimentar aqui, cumprimentar os Excelentíssimos Senhores Prefeitos, nossos colegas, cumprimentar os Excelentíssimos Senhores Vereadores que se fazem presentes, os nossos técnicos, Secretários que se deslocaram e que não é fácil. Eu moro mais perto, meu município faz divisa com Porto Velho, mas, tive que levantar junto com a minha equipe às três da manhã para poder chegar aqui nesse horário, imagina os senhores, nosso pessoal lá de Colorado. E eu quero aqui lembrar, do meu querido Presidente, e junto com o Presidente, toda a equipe da AROM, que vem

fazendo um grande trabalho, preocupado com o municipalismo para fortalecer essa instância que é importante, que é onde vivem as pessoas, é onde nós tiramos o voto e os senhores Deputados também. Então, eu quero pedir aqui em nome dos meus colegas, que coloquem essa discussão para amanhã. Nós temos um município a exemplo que é Machadinho, que nós fazemos oito mil quilômetros/dia, e não é diferente independente da quantidade de área de quilômetros, nós que lidamos com a dificuldade financeira. Eu me lembro e não esqueço o Dr. Aguiar, salvo engano, a Secretária que não era Secretária na época, eu quero parabenizar, Deputado, o Governador Daniel Pereira, a senhora que teve coragem de colocar isso de lá para cá e colocar a gente para discutir com a Assembleia Legislativa, porque lá em Machadinho a Promotora ficou de frente, de um lado a equipe do Governo do Estado, do outro lado a equipe da Prefeitura Municipal, só não fomos para as vias de fato porque tinha uma Promotora para intermediar. Eu me lembro perfeitamente das minhas palavras, disse: “ou a gente vai negociar o que é justo aqui ou segunda-feira os meus monitores vão estar na porta do ônibus selecionando você não vai, você vai porque você é do município”. E aí eu lembro perfeitamente disseram: “você vai ser preso”. Eu disse: “sou novinho na política, quero gerar um espalhafato neste Estado, eu quero que isso gera repercussão porque quem sabe assim a gente vai mudar essa história”. E nós não podemos, Sr. Deputado, parabéns pela iniciativa de estar presidindo esta Assembleia hoje e continuar mais negociando valores e é por isso que eu parabenizei aqui a Secretária e o Governo do Estado, porque nós precisamos dar aos municípios aquilo que é justo, nós não podemos continuar mais fazendo com que a Lei de Responsabilidade Fiscal não seja cumprida na íntegra porque isso vai colocar Prefeitos na cadeia, nós não podemos vir aqui no Estado para um Secretário e hoje eu parabenizo, mas, amanhã não sei quem será o Secretário que vai ficar barganhando valores porque ele acha que o município deve menos ou deve mais. Nós precisamos ter responsabilidade porque lá na ponta quem está lá é o futuro do Brasil, são os nossos alunos, são as pessoas que dependem da classe política, e hoje eu parabenizo, não quero ser extenso, mas, quero dizer, senhor Deputado, que é preciso que isso vá para pauta amanhã. Eu quero aqui, Senhores Prefeitos, fazer um reconhecimento, final de ano muitos Deputados estão comprometidos com a sua agenda, mas, por isso eu parabenizei os senhores aqui, o Deputado Edson Martins, os nossos futuros Deputados e o Presidente desta audiência porque bom seria se todos os Deputados estaduais estivessem aqui para sentir o que nós estamos sentindo e para amanhã dar um voto consciente pela transformação desta nossa realidade, para uma transformação sólida de mudanças que vai nada mais, nada menos beneficiar o povo de Rondônia, os nossos alunos do nosso futuro. Muito obrigado pelo carinho, a equipe da AROM, os senhores, eu termino parabenizando a todos que se deslocaram e é por essa brilhante discussão que trará benefícios e frutos importantes. Obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Parabenizar as palavras. Prefeita Helma Amorim, Prefeita de Alto Paraíso. Vamos aproveitar aqui para registrar a presença também da Francinete, Prefeita de Jorge Teixeira, e também a Prefeita

Lebrinha que está aqui, as três mulheres acho que estão aqui que são Prefeitas, parabenizar e para nós é um prazer tê-las aqui junto conosco.

**A SRA. HELMA AMORIM** – Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Adelino Follador, quero cumprimentar todos os presentes na Mesa, na pessoa do meu vizinho Prefeito Evandro, quero cumprimentar todos os prefeitos presentes e na pessoa do meu Secretário de Educação, Valter, gostaria de cumprimentar todos os Secretários, todos os servidores, todos os técnicos aqui presentes. O Projeto Ir e Vir, é um nome muito apropriado porque normalmente com recursos que nós estamos recebendo ou os alunos vão ou eles voltam, porque o dinheiro não está sendo suficiente. Ouvindo a fala de todos, eu queria destacar muito a fala da Secretária que quando eu tive a oportunidade de conhecer estava indo resolver um problema do Município de Alto Paraíso e na época também o Prefeito Oscimar tinha a mesma questão e a Secretária depois de explicar falou assim: “eu sou técnica”. Aquilo para mim deu a certeza total, incontestável que isso seria resolvido, e sua fala simplesmente deixou claro, enfatizou e resumiu a realidade que estamos, quando você disse que o transporte escolar não é meio, ele é o objetivo, e quando você deixou clara a necessidade de olharmos o lado técnico, a necessidade e a eficiência com que esses recursos têm que ser administrados. Esta audiência pública representa o mais alto patamar de discussões provocadas pela AROM, Ministério Público, Tribunal de Contas, DETRAN, Secretários de Estado, Secretários Municipais, todos são conhecedores das peculiaridades que existem nessa discussão, uma discussão árdua, cansativa que na verdade leva desgaste político, leva desgaste ao técnico, leva desgaste a toda equipe que trabalha em prol dessa comunidade na qual por diversas vezes, Deputado, não conseguimos explicar à comunidade como é gerido, como é transferido e para que serve o recurso se não está atendendo com qualidade e eficiência o aluno, o estudante que está lá na ponta. O Projeto Ir e Vir, é uma conclusão de muito esforço técnico da AROM, da sua equipe, e eu digo mais muito esforço técnico vem dos erros, porque sem crítica, sem erros, às vezes a gente fica numa zona de conforto e hoje eu vejo que a solução conseguida através do técnico da SUPEL, através do técnico da SEDUC, através da equipe da AROM é resultado até diversas vezes dos questionamentos, dessas discussões, como foi bem colocado por cada Prefeito, por cada servidor, cada representatividade que aqui falou. Embora o problema de transporte escolar esteja amplamente conhecido, amplamente discutido por nossos órgãos público, a AROM que tem promovido enfrentamentos técnicos provando ao Governo, aos Poderes e aos próprios Prefeitos que esse Convênio é danoso, ele é antieconômico para os recursos públicos. Fomos chamados a um compromisso com a educação, com luta pela sensibilidade dos Parlamentares. E aqui eu enfatizo e fico muito satisfeita não só pelo senhor representar o Vale do Jamari em todo o Estado de Rondônia, mas, pela experiência que o senhor tem como Prefeito, agora o seu vice-prefeito também representando, para ter certeza amanhã nesta Casa vai ser votada, vai ser vista todo o lado não só político como técnico.

Agradeço aqui a esta Casa de Leis. Agradeço aqui a presença de todos os Prefeitos na sua importância, na sua

representatividade e espero que deste conhecimento, deste reconhecimento do nosso Governador Daniel Pereira seja amanhã validado com a aprovação deste Projeto de Leis. Muito obrigada.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Agradecer as palavras da Prefeita. O Prefeito Carlos Borges, do município de Alta Floresta.

Com certeza, amanhã às 10 horas, nós vamos discutir na Comissão de Redação e Justiça, com o apoio do Deputado Edson Martins amanhã vamos colocar em votação, sim, este projeto.

**O SR. CARLOS BORGES** – Senhoras e senhores meu bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar o meu amigo Deputado Adelino Follador e parabenizar já pela procedência da reunião. E cumprimentar o senhor Airton Gomes, que em nome do senhor Airton cumprimento toda a equipe da AROM que vem fazendo um trabalho maravilhoso, não só agora com o transporte escolar, mas, durante o ano discutimos várias questões e levamos bons benefícios para os nossos municípios. Então, parabéns senhor Airton; cumprimentar aqui também o senhor Procurador que também se encontra; a Secretária Angélica, sempre quando que eu vou lá por várias vezes, já fui e vou ter que ir mais algumas vezes, me recebe muito bem, eu e minha equipe toda lá. Então muito obrigada, Angélica, eu falaria Angélica já com todo respeito.

Aqui também cumprimentar a Prefeita Lebrinha, Prefeita atuante que está sempre na batalha, motivada também, não é Prefeita? E cumprimentar os Deputados eleitos, o Cirone está ali, em nome do Cirone, cumprimentar todos os Prefeitos também, os Prefeitos, os Secretários, o meu Secretário de Educação, que está ali o José Jacques. Nós temos uma preocupação muito grande e um grande problema que é este transporte escolar, não só em Alta Floresta, mas, em todo o Estado de Rondônia. Mas eu tenho falado, hoje se não fosse o transporte escolar seria tão gostoso fazer uma administração, seria a melhor coisa, não é? Mas, quando se trata de transporte escolar é o maior pesadelo, que hoje todos os Prefeitos se encontram em todos os municípios. E eu gostaria de falar o seguinte para vocês, hoje o que a AROM está discutindo, trouxe para nós discutirmos que seriam os convênios, seriam os recursos para levar até os municípios, que bom se isso resolvesse. Lógico, que nós temos que discutir todos os pontos, parabéns! Vamos resolver este ponto, mas, este ponto não vai resolver todo o transporte escolar. Então já gostaria de convocar o senhor Airton e as demais equipes da AROM para que possamos discutir todos os pontos. Gente, porque é uma novela. E não vai ser o último capítulo para a gente estar aqui juntamente com vocês. Podem ter certeza que ano que vem nós vamos chegar aqui e vamos nos reunir novamente para discutir transporte escolar. Porque, olha, o problema começa lá na Licitação, da forma hoje vai um monte de empresa, empresa que não tem compromisso e participar de uma Licitação, quer ganhar a concorrência de ônibus, muitas vezes não tem uma carriola para colocar lá para puxar uns meninos para a escola. E aí não ganha, em seguida está lá no Ministério Público fazendo denúncia de prefeitos. E aí o prefeito depois prova que não teve nada, mas, depois já está tudo arranhado,



todo desgramado no mundo. Até provar isso aí, acabou com a imagem do Prefeito. Então hoje o problema dos municípios chama-se transporte escolar. E eu gostaria de falar aqui também, não é só a parte das licitações, depois vem DETRAN. Tantas exigências que se passa. Alta Floresta começou-se as aulas no mês quatro, por quê? Por causa de Licitação. Sete empresas participaram. Sete empresas participaram das licitações, as sete empresas foram chamadas. O que tinha ônibus, os ônibus não prestavam, outros nem ônibus tinham. E assim foi por vários, e foi passando e foi passando, o tempo passando e aluno sem estudar. Começou-se mês quatro. E Alta Floresta é uma das maiores malhas viárias do Estado de Rondônia. Há 180 quilômetros eu busco meninos para estudar, tem menino que sai às quatro, cinco horas da manhã para poder chegar à escola, quando retorna a sua casa são três, quatro horas da tarde. Olha, para você vê o grande problema que nós temos dentro do transporte escolar, agora esses dias inventaram o tal de câmara de ré. Gente, câmara de ré é importante trazer segurança, mas, no asfalto, coloca na estrada de chão! A maioria das prefeituras aqui não tem um palmo de asfalto na área rural para se puxar um menino, aí vai lá e coloca câmara de ré, lógico, que seria muito bom, uma segurança a mais para o menino, mas quando é que vai funcionar, quando não é pó, é barro. Então, ainda bem que foi adiado isso aí, acho que para 2020, espero que não venham depois com essa novela novamente. Então, gente, eu gostaria de falar para vocês, isso aqui é a ponta do iceberg, nós vamos ter que discutir muito mais, inclusive, agradecer aqui a Secretária, tivemos quatro meses com dificuldade de pegar os repasses do transporte escolar, agora que saiu. Nesses quatro meses teve dia que o transporte parou no município. É aquilo que o prefeito falou aqui, eu mesmo falei aos pais lá em Alta Floresta, eu vou puxar o do município, do Estado vai ficar, mas é culpa da Secretária? Não. É culpa do sistema que não funciona, gente, então nós temos que sentar e botar esse sistema para funcionar, porque senão nós vamos estar todos os dias, quanto tempo nós já perdemos saindo dos nossos municípios, principalmente, quem mora longe, igual Alta Floresta, mais de quinhentos quilômetros, quanto tempo nós já perdemos de lá para cá, para chegar aqui e discutir transporte escolar. Então, nós temos que trazer esses problemas e realmente ver todos os pontos e procurar resolver. Gente, já estourei meu tempo aqui, lá na frente. Mas, essa é a minha indignação como Prefeito em minha cidade representando a população de lá. E eu tenho certeza, que vocês também gostariam de levar o melhor para os estudantes da sua cidade e, no entanto, essa responsabilidade o Estado tem que discutir junto conosco e assumir esse problema. Então, meu muito obrigado a todos.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Agradecer as palavras. Prefeito Ribamar de Oliveira do município de Colorado do Oeste.

Eu queria aqui para prestigiar os Vereadores, não tem nenhum vereador inscrito, nós convidamos também os vereadores, se tiver algum que queira usar a palavra, um vereador para representar a categoria, ser vereador é muito importante, eu já fui vereador, é o que mais apanha lá no campo, depois cobra do Prefeito. Mas, com certeza, é muito importante. Se algum quiser se manifestar dos Vereadores presentes.

**O SR. RIBAMAR DE OLIVEIRA** - Bom dia a todos. Cumprimentar o Deputado Adelino Follador e parabenizá-lo por esse trabalho; cumprimentar o Deputado Edson Martins; cumprimentar aqui os Deputados eleitos, Cirone e Eyder; e dizer, Deputados, da importância dessa pauta municipalista, como é importante. E que esse parlamento possa ser fortalecido e a cada momento, a cada ano, nessa pauta tão importante que é a pauta dos municípios; cumprimentar aqui a Secretária Angélica, Professora Angélica; cumprimentar através dela o nosso Governador Daniel Pereira; cumprimentar a Prefeita Lebrinha e em nome dela cumprimento aos demais presentes a Mesa; nossos colegas Prefeitos, Secretários municipais. E não vou me estender muito para não se tornar repetitivo. Mas dizer o seguinte: que é importante, é muito importante, a segurança jurídica e que os Prefeitos precisam, que os municípios precisam efetivamente da segurança jurídica. Diversos depoimentos foram dados e se nós tivéssemos aqui muito tempo para falar, muitos prefeitos iriam colocar diversas dificuldades. Mas eu gostaria aqui de ressaltar a importância desse debate, a importância da construção e consolidação de um diálogo permanente em prol dos municípios. O problema do transporte escolar vem se arrastando há muito tempo. E nós gostaríamos aqui de ressaltar esse avanço, é um grande avanço, é uma grande conquista para os nossos municípios que, com certeza, vai dirimir aí uma série de dificuldades, uma série de problemas. Então, está de parabéns o parlamento, está de parabéns Professora Angélica, o Governo do Estado através da SEDUC, através do nosso Governador Daniel Pereira; Roger, está de parabéns Prefeito Airton, a AROM, por essa capacidade de articular, de discutir, de fomentar, de consolidar esses instrumentos jurídicos que são importantes. Não se faz uma boa educação, não se faz um bom mandato, não se faz um bom trabalho no município, se nós efetivamente, não tivermos a segurança jurídica. E essa desburocratização, Professora Angélica, é fundamental. Não tem como continuar no faz de conta, nós precisamos de fato fazer essa desburocratização de uma forma que os entes federados cumpram com o seu papel, fazendo com que o cidadão que está lá na ponta, que está lá no município, que precisa de uma educação de qualidade e de outras Políticas Públicas de Qualidade efetivamente tenham. Parabéns a todos nós, essa é uma conquista de cada um que deu a sua contribuição, é uma conquista do Parlamento Rondoniense, é uma conquista da AROM, é uma conquista do Governo do Estado, mas, sobremaneira, é uma conquista de cada cidadão que está lá nos nossos municípios. Muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Deputado Edson Martins, vice-Presidente desta Casa, com certeza já assumiu o compromisso ajudar a colocar na Pauta amanhã e com o aval do Presidente eu tenho certeza que a gente vai conseguir avançar.

**O SR. EDSON MARTINS** – Quero cumprimentar a todos bom dia! Cumprimentar os Srs. Prefeitos em nome do Prefeito Airton, Presidente da AROM todos sintam-se cumprimentados. A nossa Secretária Angélica, Secretária de Estado, a Lebrinha, demais autoridades, nossos colegas, Prefeitos, Deputados eleitos, o Deputado Eyder Brasil, o Deputado Cirone, bem-vindos a esta

Casa, parabéns pela eleição de vocês. Eu gostaria, Deputado Adelino, na condição de Presidente dessa Audiência, parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por trazer essa discussão tão importante, hoje, nesta Audiência Pública, essa discussão que nós, eu já participei dela muitas vezes, desde o ano de 97 quando eu fui Prefeito, na época ainda do Governo Bianco, depois o Governo Cassol, depois o Governo Confúcio, o Governo Daniel Pereira, e essa discussão nunca avançou muito no sentido de melhorar a questão do transporte escolar. Era aquele convênio que quando já ia assinar lá para o mês de abril aí o município tinha que fazer a licitação, às vezes, os ônibus já estavam puxando os alunos sem contrato ainda, sem empenho e daí ia parar no Ministério Público e os órgãos de Controle depois de glosar essa despesa, então, isso sempre foi um problema para os Prefeitos lá nos Municípios.

Então Deputado Adelino, V.Ex<sup>a</sup> está de parabéns, vamos votar esse Projeto amanhã se Deus quiser, eu gostaria que o Prefeitos pudessem estar aqui presentes também amanhã para que a gente pudesse ajudar, para que nós pudéssemos estar votando esse Projeto, eu sei da importância, esse Projeto é muito importante, essa discussão que já foi feita muitas vezes e pouco avançou. O avanço que teve foi que ultimamente, parece que o contrato, ele vai até maio, parece, abril, vai até abril. É um avanço que houve, mas, que não resolveu ainda a situação.

O primeiro contrato vence no final do ano e aí ficava até abril, maio, para fazer um convênio para depois licitar e o ano letivo correndo e aí os Prefeitos com muitas dificuldades. Mas, eu ouvindo aqui o Prefeito de Alta Floresta, nós temos também situações diferenciadas de município, às vezes, nós temos município com quinhentos quilômetros de estrada que puxa a mesma quantidade de aluno de outro município que tem, às vezes, dois mil quilômetros de estrada. Então, isso é realmente uma situação totalmente diferente uma situação de outra. Têm municípios que, às vezes, as estradas têm mais dificuldades, lugares difíceis, montanhosos, então isso também é uma coisa que precisa ser discutida, que precisa do Governo do Estado olhar realmente com essa diferença. Então, nós temos que realmente votar esse recurso, parece querer repassar de fundo a fundo para que possam os Prefeitos terem condição de abrir o processo no começo, antes do começo do ano letivo, no começo, abrir o Orçamento, abrir o processo e licitar para começar as aulas já ter o transporte contratado, empenhado para que possa realmente fazer esse trabalho.

Então Deputado Adelino, eu acho que essa é uma discussão que já está exaustiva ao longo dos anos, mas, Vossa Excelência trazer novamente essa discussão, isso é motivo realmente de reconhecimento a V. Ex<sup>a</sup> que sempre foi um Deputado muito atuante nesta Casa, com certeza tem o meu apoio e terá o apoio amanhã dos Parlamentares desta Casa e nós vamos, se Deus quiser, amanhã com o apoio, com a presença dos Prefeitos vamos está votando esse Projeto e tem aqui que também deixar o reconhecimento ao trabalho do nosso Governador Daniel Pereira. Muitas demandas que, às vezes, já discutida há muito tempo, o Daniel Pereira, Governador desse Estado nesse final de mandato ele tem realmente feito uma grande diferença, tem ajudado e dado condição para que isso pudesse acontecer e eu tenho certeza que esse é mais um avanço. Nós tínhamos aqui uma discussão de muitos anos que era da questão dos Datiloscopistas, eu fiquei feliz, era um

trabalho meu, uma Indicação já há mais de 5 anos que foi resolvido semana passada. Então, assim, por muitas ações importantes do Governador Daniel Pereira, eu quero deixar aqui esse reconhecimento ao Governador Daniel Pereira por ser um Governo de fácil diálogo, esse entendimento, que com certeza será mais um avanço na questão do Transporte Escolar, conte com o meu apoio eu tenho certeza que vamos amanhã está votando esse Projeto, vamos trazer para Pauta, pode dar parecer na Comissão, pode ser aqui também parecer em Plenário pela importância, eu não tenho dúvida que amanhã, nós estaremos aprovando esse Projeto muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Com certeza, gostaria até que a AROM, viesse preparada amanhã, se precisar fazer uma explanação para os vinte e quatro Deputados aqui no fundo, antes da Sessão, se a gente vê que tem muitos Deputados que podem ter dúvidas, a gente faz uma explanação e depois a AROM, vai ter que trabalhar em cima junto com a SEDUC, na regulamentação. Já falei com o Governador Daniel, sábado lá em Ariquemes, e ele falou que a regulamentação teria que ser estudada, mas, já tem uma proposta, a AROM, já tem uma proposta e queria que acompanhasse isso, tanto o Procurador Aguiar, junto com a SEDUC e com a AROM, a gente trabalhar junto para que consiga fazer isso o mais rápido possível para que o ano de 2019, já seja implantada. Nós temos que aprovar Deputado Edson Martins, amanhã, senão, não dá tempo dessa tramitação muito importante. Então, eu tinha falado de um vereador, mas, se inscreveram dois, então, nós vamos abrir aqui para o Vereador Toninho, lá de Cacaulândia e também o Vereador Mazinho, logo em seguida para representar os Vereadores aqui presentes. E agradecer a presença de todos que estão aqui hoje, que é muito importante os Vereadores estarem a par dessa situação para que os Prefeitos também depois consigam conversar melhor com as Câmaras, dialogar para poder resolver. A gente sabe que a importância do entrosamento das Câmaras como os Prefeitos, para facilitar esse diálogo. Vereador Toninho, de Cacaulândia.

**O SR. TONINHO** – Cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Adelino Follador, cumprimentar a todos, cumprimentar aqui a nossa Secretária de Educação, na pessoa do meu amigo Oscimar, Prefeito de Campo Novo, cumprimentar todos os Prefeitos. Dizer que para nós hoje é um motivo de muito orgulho, nós Vereadores vemos essa medida ser tomada aqui, Deputado Adelino, porque é muito importante. Tenho cinco mandatos de vereador, e tenho acompanhado o meu município no transporte escolar, uma dificuldade muito grande. E o Prefeito Edir Alquieri, que aí está, tem passado momentos difíceis, temos novecentos e cinquenta e três quilômetros de estradas, e é muito difícil quando chega ao final do mandato e às vezes o recurso não chega até lá no município. Então, acredito aqui, Secretária, que nesse momento o Governador do Estado, Daniel, está dando um presente para os nossos municípios. E lhe parabenizar Deputado Adelino, por essa ação muito importante, e que amanhã os nossos Deputados possam fazer o dever de casa, votando, dando esse presente para os municípios, porque é um momento muito importante quando

se fala com os nossos alunos, se fala da nossa educação. Porque são esses alunos, são essas pequenas crianças que serão o futuro do amanhã para nós. São essas as minhas palavras, muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Obrigado Toninho. Deputado Mazinho, de Campo Novo, nosso amigo eleito novo Presidente da Câmara de Campo Novo, no próximo biênio.

**O SR. MAZINHO** – Boa tarde a todos! Em nome do Deputado Adelino, eu saúdo a Mesa, em nome da Secretária Angélica, eu saúdo a todos os Secretários e servidores aqui presentes. Em nome do meu Prefeito Oscimar, aqui de Campo Novo, eu saúdo a todos os prefeitos aqui presentes. Eu quero só registrar um pequeno pedaço e pedir para que aquele ponto de mil e mil metros, que pudesse, se pudesse tirar um pouquinho menos isso aí e colocar um pouco menos, Deputado, principalmente na parte dos alunos noturnos, porque isso vai gerar muita polêmica na parte de situante, eu creio que sim. Se pudesse seria bom, vai ser uma polêmica para Vereadores também que batem muito de frente com o povo. Então, se puder colocar menos, um pouquinho menos esses pontos, menos de mil metros.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Mas, nesse momento, não estamos discutindo isso, vai ser em outro momento, nesse convênio, não está entrando.

**O SR. MAZINHO** – Não vai não, nesse convênio?

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Vai ser outra pauta, com certeza a AROM, e os Vereadores, vai ser discutido. Então, isso é meio polêmico mesmo, com certeza, mas, nós vamos deixar para outra etapa, é uma discussão muito importante.

**O SR. MAZINHO** – Isso, porque senão vai gerar polêmica para nós também. E meu muito obrigado; só estreando na tribuna da Assembleia aqui, obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Para nós é um prazer, uma satisfação principalmente os Vereadores que quase todos os Deputados já foram vereadores, o Deputado Edson também foi prefeito, a maioria dos Deputados também já foram prefeitos, Vice-Prefeitos, conhecem a realidade. Então, nós já concluímos. Tinha um empresário que queria fazer uso da palavra, que era proprietário de ônibus, mas não está já saiu. Então, nós vamos agora, registrar a presença aqui também do Prefeito de Cujubim, Pedro Belo Horizonte, que acabou de chegar também.

**O SR. EDSON MARTINS** - Deputado Adelino, só uma questão de ordem. Eu gostaria de registrar também a presença do Vereador Joel Venute, e em seu nome Joel cumprimentar todos os Vereadores aqui presentes na galeria da Casa também. Muito obrigado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)** – Quero aqui antes de finalizar agradecer a presença de cada um, o Presidente da AROM parabenizar e dizer que para nós Deputados aqui, os 24, somos municipalistas, sempre estivemos à disposição e a AROM é a maneira de você conversar com todos os Prefeitos porque quando a AROM traz as demandas, eu como já fiz parte lá como Prefeito na época, fui Secretário, a gente sabe da importância e conte conosco, sempre que precisar estamos juntos aí. Deputado Edson Martins agradecer muito essa audiência, ter chegado a tempo de participar de assunto tão importante, pedir desculpas que os outros Deputados não estão presentes, porque na segunda-feira é o dia de única vaga que nós achamos para poder convocar esta audiência pública que estava agendada, coincidiu com a Marcha de Brasília, tivemos que mudar e tivemos que negociar com outro Deputado esse espaço, então não foi possível num dia que tivessem mais Deputados aqui. Então os Deputados, a maioria não é que não querem, é porque na segunda-feira é muito difícil estarem presentes. Presidente da UNDIME para nós é um prazer tê-la aqui conosco, com certeza engrandeceu; Prefeito Oscimar meu amigo, prefeito de Campo Novo, do Consórcio também tem feito um grande trabalho, parabenizar a nossa Secretária Angélica minha amiga de muitos anos e como técnica sempre vinha fazendo um bom trabalho e hoje como Secretária procurando abrir; há tempos o transporte escolar era uma caixa preta, parece que ninguém podia saber do que estava acontecendo lá e hoje a Angélica abriu, deu as informações para a AROM, acho que isso tem que parabenizar e se os Prefeitos são parceiros, as Câmaras, eles têm que saber o que está acontecendo, não tem motivo de esconder. Também a Prefeita Lebrinha parabenizar, com certeza fazendo um bom trabalho no seu município, se destacando. Nosso Procurador Aguiar sempre tem atendido a gente dentro do possível, eu sei que nem sempre é possível fazer, porque tem a legislação, tem que seguir as normas, mas, sempre aberto ao diálogo, toda vez que vou lá com a Secretária, a Secretária chama, ele vem e esclarece, isso é muito importante. Nós temos aqui dois Deputados eleitos, nossos amigos Deputado Cirone e o Deputado Eyder Brasil, para nós é um prazer, nós vamos estar aqui juntos, nós temos a Comissão de Educação muito atuante que eu faço parte e faço parte da Comissão de Constituição e Justiça também onde a gente debate muito esses projetos e é muito importante esse diálogo, o Deputado Edson Martins sabe aqui a importância desta Casa que nos últimos mandatos, pelo menos no tempo que estou aqui, dois mandatos, sempre foi aberta para o diálogo com a sociedade, intermediar junto ao Governo do Estado. Acho que ninguém é dono da verdade, nem vereadores, nem prefeito, nem deputado, nem Governo do Estado, cada um tem que ter consciência que está administrando, mas, que não é proprietário, não é dono, tem muita gente que se acha, ganha um cargo e acha que é dono daquilo e nós não podemos ter essa imagem. Eu já passei como vereador; já passei como prefeito, já fui secretário, hoje sou deputado estadual e a gente sabe e a política hoje tem que avançar. Nós políticos cada vez mais temos que tomar consciência que o tempo mudou, a paciência da população acabou, nós precisamos, têm muitas pessoas sérias na política,

mas quem não mudar, quem está aí acostumado, tem vícios com a política passada, se ele não melhorar, ele sabe o que o espera. Então quero dizer que me sinto muito satisfeito por ter intermediado esse assunto, parabenizar com certeza todos os órgãos, a SUPEL que está aqui e colaborou com a AROM, a Secretária que facilitou, então foi um trabalho de muitas mãos e nós aqui na Assembleia queremos concretizar isso amanhã. Eu tenho certeza que os Deputados com o apoio aqui com o vice-presidente desta Casa, o Deputado Maurão tenho certeza que também, já falei com o Manvailler para já fazer a reivindicação para colocar em pauta, nós vamos fazer amanhã, e vamos propor, se tiver dúvidas nós vamos sentar para discutir junto com os Deputados, se alguém tiver dúvida e a AROM vai contribuir com isso, mas eu creio que não precisa porque esta Casa, todos os Deputados são cobrados dos prefeitos, são cobrados da comunidade, todos sabem da importância desse assunto e hoje tendo a oportunidade de levar essa mensagem amanhã nesta tribuna e dizer que houve um consenso entre vereadores, prefeitos, Secretaria de Educação, AROM; as entidades aqui representadas, o Ministério Público foi convidado, mas, não está, mas, ele também participou da discussão, é bom frisar isso, que o Ministério Público, também, participou da discussão. Então, todos os que foram convidados. Nós recebemos esse projeto, inclusive, nós o sobrestamos na época da campanha. E, nós pedimos, eu propus na Comissão de Educação e também na Comissão de Redação e Justiça, que a gente aguardasse para saber qual Governador que estaria eleito para convidar, para que, também, participasse, porque nós dependemos dele, também, para implantar no futuro. Mas nós temos aqui o futuro Líder da Assembleia aqui, vai levar essa proposta ao Governador eleito, Marcos Rocha, que não pode estar presente. E, eu tenho certeza que ele vai aderir, porque nós estamos ajudando a administrar o Estado de Rondônia. Nós, com esse trabalho estamos colaborando, trazendo uma proposta de consenso, eu tenho certeza que ele vai ficar muito satisfeito e vai endossar e vamos discutir. Um assunto que, também, vários Prefeitos, nessas conversas que tivemos, nós precisamos, chamar também o DETRAN para uma conversa. Porque têm municípios que a exigência é uma coisa, e tem outros é outra exigência. Tem DETRAN's que aceitam determinadas coisas, têm outros que dificultam determinadas coisas. Então, tem que unificar, inclusive, é um trabalho que eu gostaria sentar junto com a AROM, sentar junto com o DETRAN, com o pessoal que administra esse departamento, para que tenha regras definidas também, o que se vai exigir também, é tudo filho de Deus ou tudo filho do diabo, como diz o ditado. Temos que unificar, uma coisa que não tenha dúvidas, para que cada chefe de DETRAN, porque ele acha, vai funcionar. Não, tem que ser, está aqui na regra, vamos cumprir; se não está na regra, não vamos cumprir. Então, acho que essa legislação tem que ser simplificada, tem que ser definida.

Então, quero deixar aqui meu agradecimento a todas as pessoas que participaram, a todos vocês que estão aqui presentes, dizer que nós temos um coffee break, embora esteja

na hora do almoço, mas gostaria de chamar a todos que estiverem presentes para participar aí. E amanhã cedo, nós temos na Comissão de Educação, amanhã às dez horas nós temos na Comissão de Redação e Justiça. A Deputada Rosângela é a relatora, mas, como está sobrestado o projeto, o Deputado Marcelino, se não estiver presente, eu sou Vice-Presidente, eu já conversei com ele e ele vai colocar na pauta, se a Deputada Rosângela não estiver presente, a gente vai nomear outro relator para que a gente delibere amanhã na Comissão de Redação e Justiça. E, amanhã a tarde que a gente consiga com apoio do Deputado Maurão, com o apoio dos 24 Deputados, colocar em pauta. Com a presença de vocês tenho certeza que nós vamos votar amanhã primeira e segunda votação. Abraço a todos, muito obrigado.

(Encerra-se essa Audiência Pública às 12h14min).

## SUP. DE RECURSOS HUMANOS

### ATO Nº2694/2018-SRH/P/ALE

**OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 11 e 24 e anexo VI, da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

### A L T E R A R

A composição dos membros referente ao Contrato nº 024/ALE/2017 - Contração de pessoa jurídica para prestação de serviços de implementação de Data Center, Conectividade, Telefonia, Rede, Sistemas de Áudio e Vídeo, Segurança e serviços de Infraestrutura de TI, a contar de 1º de outubro de 2018.

**Presidente:**SABRINA DE MELO CARNEIRO

**Membros:** RICARDO GIL COSTA  
JOHN KENNEDY CARNEIRO DE OLIVEIRA  
MARCELO FALCÃO DA SILVA  
MARCINEI VIANA DA SILVA

Porto Velho, 06 de dezembro de 2018.

**MAURÃO DE CARVALHO**      **ARILDO LOPES DA SILVA**  
PRESIDENTE                      SECRETÁRIO GERAL

### ATO Nº2629/2018-SRH/P/ALE

**OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

**ALTERAR**

O Cargo em Comissão da servidora **ROSANIA REGINA DOS SANTOS OLIVEIRA**, matrícula 200163680, para Chefe de Gabinete do Deputado Geraldo da Rondônia, código DGS-1, contar de 03 de dezembro de 2018.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2018.

**Edson Martins**  
1º Vice-Presidente

**Maria Marilu do Rosário de B. Silveira**  
Secretário Geral Adjunto

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Processo Administrativo nº 00014888/2018-54

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO** torna público aos interessados, que nos termos do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, contratará por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** a empresa **CASA DE PLACAS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.617.529/0001-06, com endereço na Avenida Salgado Filho, 2185, Bairro São Cristóvão, Porto Velho/RO, CEP: 76.804-039, objetivando a contratação de empresa especializada para confecção de botons personalizados, em conformidade com o Anexo I do Termo de Referência, no valor total de R\$ 15.318,00 (quinze mil, trezentos e dezoito reais), para atender as solenidades de Posse do Governador e Vice-Governador, bem como, dos Deputados Estaduais que comporão a 10ª Legislatura deste Poder Legislativo,.

Porto Velho/RO, 06 de dezembro de 2018.

Arildo Lopes da Silva  
Secretário Geral - ALE/RO

ADVOCACIA GERAL

**Extrato SEGUNDO TERMO ADITIVO**  
**AO CONTRATO Nº 024/2017/ALE-RO**  
Processo Administrativo nº. 16693/2016-67

**Contratante:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

**Contratada:** BLACK BOX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

**DO OBJETO:** O presente TERMO ADITIVO tem por objetivo a PRORROGAÇÃO da execução e vigência por 150 (cento e

cinquenta dias) do Contrato n. 024/2017, que tem por objeto prestação de serviços de implementação de Data Center, conectividade, telefonia, rede, sistemas de áudio e vídeo, segurança e serviços de infraestrutura de TI, para atender às necessidades da nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no Município de Porto Velho/RO.

**DO PRAZO:** Fica estabelecido para o presente TERMO ADITIVO o prazo de prorrogação de 150 (cento e cinquenta) dias de vigência, a contar de 25/05/2019, ultimando-se em 22/10/2019.

**Parágrafo único.** O prazo de execução dos serviços fica prorrogado por mais 150 dias a partir de 01/12/2018, encerrando-se em 30/04/2019, conforme determinação de fls. 3974-v.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes e com visto do Senhor Advogado Geral desta Casa Legislativa, e registrado às fls. 05 (quinze) do Livro de Registro de Termos Aditivos – Tomo II do ano de 2018 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 28 de novembro de 2018.

**Contratante** - Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO

Deputado MAURO DE CARVALHO  
Presidente – ALE/RO

ARILDO LOPES DA SILVA  
Secretário-Geral – ALE/RO

**Contratada** - Black Box do Brasil Indústria e Comércio Ltda  
Wilson Donizete Batistela - Gerente Geral

Visto:  
Celso Ceccatto  
Advogado Geral - ALE/RO

**Extrato SEGUNDO TERMO ADITIVO**  
**AO CONTRATO Nº. 025/AG/ALE/2016**  
Processo Administrativo nº 01075/2016-62

**Contratante:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

**Contratada:** CLARO S/A.

**DO OBJETO:** O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a PRORROGAÇÃO, REAJUSTE E ACRÉSCIMO DE VELOCIDADE do Contrato n. 025/AG/ALE/2016, referente à prestação de serviços de empresa especializada em prestação de serviço de comunicação dedicada para acesso à rede mundial de computadores – INTERNET – na modalidade terrestre suportando aplicações TCP/IP, nos termos constantes dos autos do Processo Administrativo n. 01075/2016-62.

**Parágrafo Primeiro:** Ficam alterados os dispositivos estabelecidos nas Cláusulas Primeira e Terceira do contrato

original para aumentar a velocidade de internet dedicada de 50M para 155M, conforme proposta constante às fls. 2765/2772 nos autos já epigrafados.

**Parágrafo Segundo:** O presente REAJUSTE tomou como base na Cláusula Décima Sexta do Contrato original, nos índices estabelecidos do IGP-DI, conforme cálculos de fls. 2828/2837 nos autos já epigrafados.

**DO PRAZO:** Fica estabelecido para o presente TERMO ADITIVO o prazo de prorrogação de 12 (doze) meses, a contar de 01 de setembro de 2018, ultimando-se em 31 de agosto de 2019.

**DO VALOR:** O valor do contrato é de R\$ 118.022,04 (cento e dezoito mil e vinte dois reais e quatro centavos).

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas do presente Termo Aditivo, correrão à conta da seguinte programação: Fonte: 0100000000 - Evento: 400091 / UO – 1001 - Programa de Trabalho – 01126201310500000 Elemento de Despesas – 339040 - Nota de Empenho - 2018NE01340 de 31/08/2018 - Valor: R\$ 39.340,68 (trinta e oito mil trezentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos).

**Parágrafo Único** – Por razão do exercício financeiro seguinte poderá haver emissão novo empenho em relação à despesa autorizada na cobertura correspondente ao restante dos 12 (doze) meses do período contratado.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado pelas partes e com visto do Senhor Advogado Geral Adjunto desta Casa Legislativa, e registrado à fl. 36 do Livro de Registro de Termo Aditivo do ano de 2018 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 31 de agosto de 2018.

Deputado MAURO DE CARVALHO  
Presidente – ALE/RO

ARILDO LOPES DA SILVA  
Secretário-Geral – ALE/RO

Adriana Virginia Pinto Soares  
CPF n. 560.780.642-15

Edilson Ramos Pereira Filho  
CPF n. 391.821.182-72

Visto:  
Celso Ceccatto  
Advogado-Geral-ALE/RO

**Extrato Contrato nº 26/2018**  
**Processo Administrativo nº 6230/2018-77**

**Contratante:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

**Contratada:** MELO & QUEIROZ LTDA

**DO OBJETO:** 1. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FLORES NATURAIS E COROAS FÚNEBRES, a pedido do Departamento de Cerimonial, para suprir as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia-ALE/RO, conforme especificações e quantitativos no Termo de Referência.

1.1 A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos a seguir enumerados, que integram o Processo Administrativo nº. 6230/2018-77, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato:

- a) Termo de Referência e seus anexos;
- b) Pregão Presencial nº 003/2018/CPP/ALE/RO.

**DO PRAZO:** 4. O valor global do presente Contrato é de R\$ 52.810,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos e dez reais), e será pago, mensalmente, de acordo com os serviços prestados e calculados pelos preços unitários, discriminados na tabela abaixo:

**DO VALOR:** 5. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste termo.

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 6. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados a ALE/RO, no corrente exercício financeiro, por conta da seguinte programação: Programa de Trabalho 01122102020620000 - Elemento de despesa 33.90.30 Fonte de Recurso: 0100000000 - Nota de Empenho 2018NC01820, 28/11/2018, no valor de R\$ 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais).

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente Contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes contraentes e com visto do Senhor Advogado Geral desta Casa Legislativa, e registrado às fls.26 do Livro de Registro de Contratos do ano de 2018, da Advocacia Geral da ALE/RO.

Porto Velho, 05 de dezembro de 2018.

Deputado MAURO DE CARVALHO  
Presidente – ALE/RO

ARILDO LOPES DA SILVA  
Secretário-Geral – ALE/RO

LUCILEA MELO DA SILVA MAYA  
Representante Legal - Melo & Queiroz Ltda ME

Visto:  
Celso Ceccatto  
Advogado Geral-ALE/RO